

OUT R B A R S A SÍLIAS

MEMÓRIAS
SENSÍVEIS E
CONTRANARRATIVAS

CURADORIA: CRISTIANE DE ASSIS PORTELA

O Centro Cultural
Câmara dos Deputados
apresenta a exposição

OUT R B A R S A SÍLIAS

MEMÓRIAS
SENSÍVEIS E
CONTRANARRATIVAS

CURADORIA: CRISTIANE DE ASSIS PORTELA

Brasília, março de 2025



O Centro Cultural Câmara dos Deputados é responsável pela preservação do acervo museológico da Câmara dos Deputados e pela realização das ações culturais que ocorrem na instituição, como exposições artísticas e históricas e eventos literários.

Além de promover as culturas regionais e a produção artística contemporânea nacional, o Centro Cultural atua na preservação da memória da instituição e na história do Poder Legislativo. Idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o Palácio do Congresso Nacional abriga obras de artistas brasileiros renomados da segunda metade do século XX, como Di Cavalcanti, Athos Bulcão e Marianne Peretti.

Com o intuito de viabilizar a diversidade e a qualidade das exposições realizadas pelo Centro Cultural, todos os anos promovemos um edital público para a seleção das mostras artísticas e históricas que ocuparão, no ano subsequente, os espaços destinados aos eventos culturais. As propostas apresentadas são avaliadas por uma Comissão Curadora e, desta forma, o Centro Cultural proporciona a artistas e curadores de todo o Brasil a oportunidade de apresentar seus trabalhos em áreas da Câmara dos Deputados onde há grande circulação de visitantes de diversas partes do país, propiciando o exercício e a promoção da cultura e da cidadania.

◀ Dia do Trabalhador na Praça dos Três Poderes no dia 01/05/1959.
Autor: Mário Fontenele. Fonte: Ar-
PDF, Fundo NOVACAP: NOV-D-4
(4022). Brasília, 1959.



◀ Vendedor de vassoura na Cidade Livre. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP: NOV-D-4-4-B-1 (174). Brasília, 1958.

A NOVA CAPITAL: UMA HISTÓRIA DE SUJEITOS COLETIVOS E VIOLENCIAS ROTINIZADAS

Por Cristiane de Assis Portela*

Acontecimentos como o que vivenciamos em 8 de janeiro de 2023 exigem uma reflexão sobre os usos que fazemos da história e sobre como ela circula — ou não — entre públicos amplos e diversos. Esta exposição é parte de ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo projeto *Outras Brasílias* na Universidade de Brasília (UnB). Possibilita a rememoração de temas sensíveis e o reconhecimento de contranarrativas a partir de uma “leitura a contrapelo” de fontes documentais e indícios históricos.

Para além do concreto, um olhar mais apurado nos permite reconhecer que essa também é uma história de caminhos formados por territórios indígenas, quilombos e povoados. Os caminhos vieram, primeiro, da Bahia e de Minas Gerais. Seguindo para Vila Boa de Goiás, no século XVIII, passava-se pelas fazendas que já existiam no território do DF. Quem vinha de Santa Luzia (Luziânia) em direção a Couros (Formosa) e seguia para o Norte também passava pelas terras do atual DF. Muitos caminhos entre as fazendas serviam para conduzir o gado e encurtar os percursos. Foi entre estes caminhos que, na metade do

século XIX, surgiu Mestre D'Armas, que depois virou Planaltina. E também surgiu Brazlândia, nas proximidades da antiga Vendinha de Santa Luzia. A Fercal era Vão do Buraco e teve início onde ainda hoje se reconhece a Rua do Mato, território antigo que apresenta indícios de presença de uma comunidade negra tradicional.

Estes mesmos caminhos deram passagem para os estudiosos que identificaram onde seria construída a futura capital do Brasil, em comissões que por aqui passaram desde meados do século XIX e novamente nas décadas de 1940 e 1950. Entretanto, muito antes dessas presenças colonizadoras e autoproclamadas “civilizadas”, o Planalto Central era sertão dos Povos Jê, é território indígena, é lugar de encontros e trocas dos Povos Kayapó, Acroá, Timbira, Xakriabá, Crixá, Akwen e Anicum. Desde o século XVIII, territórios de comunidades tradicionais aqui também constituíram quilombos: no antigo Mesquita, no Vale do Paranã que origina o grande Território Kalunga, e mesmo dentro do quadrilátero que seria posteriormente delimitado: com os indícios topônimos da Rua do Mato, do Córrego Quilombo e do Ribeirão Quilombo.

Antes que a nova capital fosse inaugurada, os moradores da Cidade Livre, da Lonalândia, da Sacolândia, da Vila Sarah Kubitschek e de tantas outras localidades — mais ou menos precárias, mas todas provisórias — resistiram e permaneceram, em meio a deslocamentos sucessivos e que perduram até hoje. Enquanto isso, migrações forçadas vinham das Vilas do IAPI, do Morro do Urubu, da Vila Tenório, da Vila Bernardo Sayão e de outras ocupações para a Ceilândia, localidade que traz no nome as memórias dolorosas de uma violência: a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI).

O Movimento dos Incansáveis Moradores da Ceilândia empreendeu luta contra a Terracap. E houve lutas também no Guará, Samambaia, nos Riachos (Fundo 1 e 2), Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina, entre outras localidades e as expansões que as seguem, construindo periferias das periferias, periferias que se tornam centros. Caminhos viraram rizomas, cheios de raízes profundas e estratégias subterrâneas de reexistir. Sujeitos seguem, desde a sua origem, insurgindo e construindo esta cidade cheia de lugares — não vazios, mas esvaziados —, revelando suas contradições, mas também os afetos que ela nos provoca. A exposição apresenta ao público um duplo convite, aos afetos e às provocações, ambas oriundas deste nosso quadradinho e seus 65 anos de história.

***Cristiane de Assis Portela** é coordenadora do projeto Outras Brasílias na Universidade de Brasília. Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão sobre temas relacionados à história do DF. Como resultados, destaca-se a produção de 11 dossiês investigativos para o uso didático de fontes documentais, voltados para um curso que formou 320 professores da rede pública de ensino entre 2020 e 2024. Também o jogo Atitude Historiadora e o podcast Papo de Orelhão, produtos acompanhados de oficinas, exposições e ações educativas ocorridas na Casa da América Latina — CAL (2022) e no Memorial Darcy Ribeiro (2023 e 2024), a partir dos editais CUC da UnB. Desde 2023, o projeto realizou 3 grandes exposições com o tema “Outras Brasílias: memórias sensíveis e contranarrativas”. A primeira, instalada na Biblioteca Nacional de Brasília entre outubro e novembro de 2023, contou com mais de mil pessoas recebidas em visitas guiadas e ações educativas, mobilizando 15 escolas públicas. A segunda, instalada na Sede Nacional do IPHAN, recebeu 700 pessoas em 12 visitas guiadas a escolas entre abril e junho de 2024. A terceira exposição ocorreu na Câmara dos Deputados nos meses de abril e maio de 2025, a partir de edital do Centro Cultural da Câmara. Neste momento, dedica-se a uma pesquisa apoiada pelo IPHAN que visa mapear lugares, episódios e sujeitos relacionados às lutas pela democracia no contexto da ditadura no DF. Este projeto resultará em produtos de divulgação histórica a serem publicizados a partir de outubro de 2025.



◀ Trabalhadores comemoraram o 1º de Maio na capital em construção.
Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP, 02113_NOV_D_04_04_D_04.

QUAL HISTÓRIA MAIS COMUMENTE NOS CONTAM?

Uma narrativa se tornou amplamente conhecida quando se trata da história do Distrito Federal. Ela reduz o Distrito Federal ao Plano Piloto de Brasília, destaca grandes personagens e acontecimentos centrados na construção da nova capital e em seus antecedentes históricos.

De modo geral, alguns eixos discursivos são comumente acionados: a) trata-se de um processo civilizador estruturado como oposição ao sertão; b) há uma linearidade da história dada por um sentido lógico-racional atribuído à modernidade; c) tanto um sentido mítico-religio-

so quanto um sentido evolucionista associado ao progresso são utilizados de modo equitativo; d) predomina a busca por primazias, seja de acontecimentos ou de personagens; e) o protagonismo é atribuído a homens que ocupam lugares de privilégio social ou que ascendem a eles em trajetórias de sucesso; f) inexistem conflitos de classes sociais — ou, quando aparecem, se restringem à oposição JK/candangos, mas ela geralmente é nublada por um conflito maior que confere unidade a todos: as forças antimudancistas; g) quaisquer marcadore étnico-raciais ou que remetam a outras clivagens sociais estão ausentes ou são secundarizados na história da construção. Poderíamos ainda sinalizar outros eixos narrativos, mas não há a possibilidade de esgotá-los e nem é esse o propósito deste texto. Importa destacar que eles foram forjados de maneira estruturada, pelo menos desde a construção da nova capital, traduzindo um discurso oficial que se torna história hegemônica.

Ao problematizarmos os não ditos na história do DF, devemos olhar com desconfiança para a compreensão de que a sobreposição (quantitativa ou qualitativa) de fontes equacione o problema das lacunas narrativas, já que essa lógica cumulativa facilmente pode nos expor a um risco de essencialização e ser pouco funcional para fins analíticos.

Não se trata, portanto, de uma ânsia por “descobrir” novas fontes, identificar primazias e reunir cada vez mais evidências de uma suposta verdade. Quando propomos estudar outra(s) Brasília(s), pensamos no acionamento de histórias passíveis de serem reconhecidas como contranarrativas, investindo esforços para a identificação de inúmeras possibilidades de se questionar um fato na tentativa de construir narrativas outras, guiadas pela ex-

pectativa de uma utopia contra-hegemônica que coloque em xeque o hegemônico.

Laurent Vidal (2009) nos lembra que uma cidade, em especial quando capital planejada, também pode ser pensada quando ela ainda não existe. A exemplo do que nos propõe Vidal, a nova capital do Brasil poderia ser pensada a partir dos seus projetos: Nova Lisboa, Petrópole, Pedrália, Imperatória, Tiradentes, Vera Cruz e, por fim, Brasília, símbolo da modernidade e grande feito político associado a Juscelino Kubitschek. Reconhecer uma história como anterior à sua existência institucionalizada é, sem dúvida, sinalizar outras perspectivas historiográficas. Podemos pensar que a presença indígena no DF estaria bem reconhecida ao serem observadas tais “preeexistências”, entretanto, essa abordagem nos expõe a um risco de reiterar um discurso que lê de modo pêrito a história indígena no Brasil.

Além disso, o que predomina como compreensão das chamadas preeexistências de Brasília diz mais sobre a confirmação de uma história de predestinação no Planalto Central. É o que se convencionou identificar como “antecedentes históricos da capital”, parte da narrativa fundante da historiografia oficial que se tornou hegemônica. Nos chamados antecedentes históricos, são listados inúmeros projetos políticos interessados na interiorização da capital brasileira que, desde o período colonial, já propunham trazê-la para o interior do país.

Entretanto, como ocorre nas narrativas heroicas, nada disso seria possível sem que muitos desafios fossem enfrentados pelo personagem principal. Temos então, a saga do herói personificada em JK; como coadjuvantes, há um panteão de heróis locais elevados a figuras

nacionais. Para citar um exemplo, entre os goianos, temos Bernardo Sayão, então vice-governador de Goiás. A maior parte, no entanto, era oriunda de uma burocracia citadina mineira que se aventurava a desbravar o sertão. Esse grupo estava confiante nas proposições de JK, figura à qual reportavam grande lealdade, já que tiveram a oportunidade de conhecê-lo como liderança política em Minas Gerais. Todos eles, de modo semelhante, acabariam reconhecendo em si mesmos a figura de “novos bandeirantes”, reforçando a leitura de que se tratava de um sertão goiano a ser desbravado, *locus* de suposto vazio populacional, convertido simbolicamente em vazio civilizatório.

Os/As demais personagens dessa narrativa são trabalhadores e trabalhadoras, centrais em todos os discursos, mas que não são reconhecidos no panteão dos heróis. Ao contrário disso, eles e elas figuram em meio às paisagens dos canteiros de obras, situados em um segundo plano, sujeitos individuais (e não coletivos) subsumidos a uma categoria que os identifica genericamente como “candangos”. Com maior ou menor reforço nas tintas, é essa a história que se tornou hegemônica e que nos conta sobre o Distrito Federal, subsumindo-o à Brasília capital e aos grandes feitos dela decorrentes.

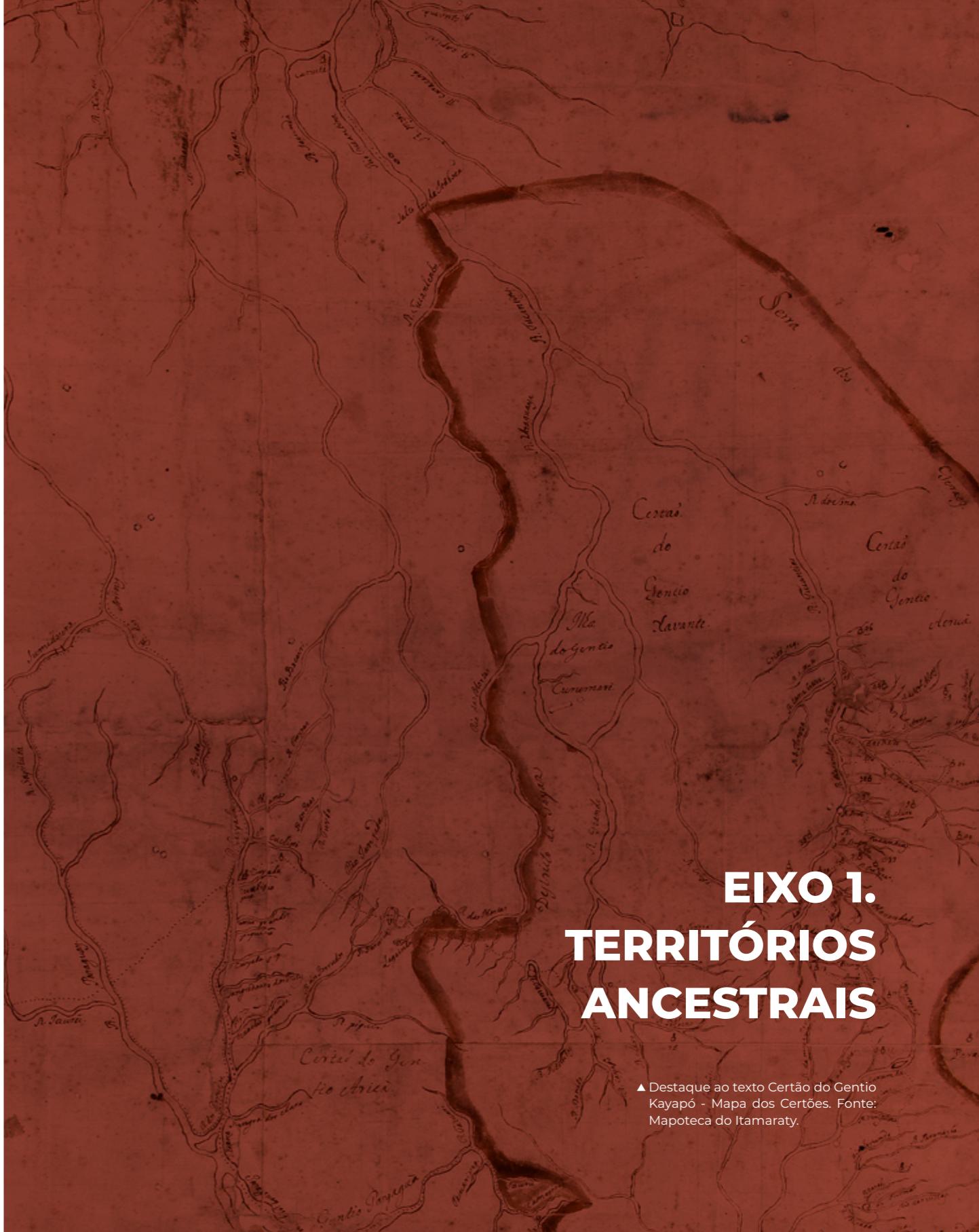
De modo não dito, predomina uma leitura em que os marcos de uma história de Brasília parecem centrados no início da construção da nova capital e encerrados no dia de sua inauguração, em 21 de abril de 1960. Sobre o marco inicial, para alguns se apresenta a construção do Catetinho em outubro de 1956; para outros, o Concurso do Projeto do Plano Piloto em 1957. Apesar de parecer contraditório, ambos estão vinculados a seus antecedentes históricos, os mesmos que, como comentei anteriormente,

te, legitimam uma narrativa de predestinação ou modernização do país. Como marco final, o grande evento da inauguração sela o feito majestoso como ato de glória e, ao mesmo tempo, como defesa da figura de JK.

O evento inaugural da nova capital não deixa de demarcar um lugar para os trabalhadores na chamada “marcha dos candangos”, ato de agradecimento ao labor dos corpos, mas também de despedida simbólica destes.

A narrativa histórica oficial, que aqui rememoramos e que se torna hegemônica, nos leva a crer que o processo que faz surgir Brasília foi parte de um destino manifesto e, em cinco anos, veríamos a inauguração de uma nova capital, moderna e construída do início ao fim, em cima de um vazio.

Essa enunciação não nos estimula a refletir sobre quem já estava nesses territórios ou para onde foram levados aqueles que vieram trabalhar ao se encerrarem as obras. Também não pergunta a sério quais eram as suas condições de trabalho, como os espaços eram distribuídos (e hierarquizados localmente), a quem se destinavam ou como eram compostos em suas diversidades estes coletivos trabalhadores, entre outros questionamentos que nos levaram a observar o cotidiano e o destino dos sujeitos em seus sentidos de pertencimentos, desde os trabalhadores e trabalhadoras até os “filhos e netos de candangos” (BEÚ, 2012). É importante também destacar que essa narrativa não abre espaço para reconhecer a presença de povos indígenas e as trajetórias destes e de outros sujeitos coletivos no Distrito Federal.



EIXO 1. TERRITÓRIOS ANCESTRAIS

- ▲ Destaque ao texto Certão do Gentio Kayapó - Mapa dos Certões. Fonte: Mapoteca do Itamaraty.

POR ONDE COMEÇAR A CONTAR UMA (OUTRA) HISTÓRIA DE BRASÍLIA?

Pedimos licença para pisar neste território de ancestralidades históricas. Esta é uma narrativa que remonta pelo menos há 10 mil anos, como nos ensina Paulo Bertran. Desde a década de 1970, estudos arqueológicos no Distrito Federal permitiram identificar sítios contendo objetos líticos e cerâmicas, a partir de levantamentos na região de Taguatinga, do Gama e de Brazlândia, identificando 26 sítios arqueológicos. Sítios líticos, a exemplo dos localizados na bacia do rio São Bartolomeu (rios Taguatinga ou Melchior), no Parque Três Meninas (Samambaia) e no Altiplano Leste (Paranoá). Sítios cerâmi-

cos, como os que foram encontrados na Granja do Ipê (Riacho Fundo) e no Ribeirão Ponte Alta (Gama). Sítios do período colonial, identificados no Parque Nacional de Brasília, na região da Serra da Contagem (Sobradinho) e em outras fazendas antigas, anteriores à construção da nova capital. Além disso, em 2016, foi mapeado um Sítio de Arte Rupestre, contendo abrigos com pinturas em padrões geométricos em paredões da região de Mumunhas (Brazlândia). Novos sítios têm surgido a cada investida arqueológica nos últimos anos, demonstrando a riqueza do distante passado do Distrito Federal.

Nos primeiros mapas em que aparece, a região do Brasil Central foi identificada como “sertões” (ou “certões”, conforme grafia em mapas setecentistas). Em conformidade com o imaginário de cada época, a expressão sertão comumente demarca uma alteridade: lugares distantes, marcados pela presença indígena e cuja representação sugere sempre um lugar a ser conquistado pelo colonizador. Também aparecem os grandes rios e cadeias montanhosas — ainda que de forma imprecisa — representando os obstáculos e, outrora, marcos de acesso ao território a ser colonizado. A cartografia histórica nos indica vestígios da colonização, que também podem ser lidos como os processos de expulsão das populações indígenas, marcando os caminhos, as vilas, as estradas, as capitâncias, os lugares de mineração, de pecuária e de agricultura.

Alguns indícios nos parecem mais evidentes, outros, como o recurso à mão de obra escravizada negra e indígena na região, não é uma leitura fácil nos mapas, mas está lá, por exemplo nos “certões dos gentis”, e nos “quilombos” ali assinalados, ou por inversão, na evidência da ocupação colonizadora “lida a contrapelo”, como

nos ensina Walter Benjamin. E é dessa maneira que a toponímia brasileira vai se estabelecendo, aparecendo nos mapas e, sobretudo, indicando que, se o território pertence a quem o nomeia e dele toma posse, antes de ser pertencente à coroa portuguesa e a outros que, sucessivamente, reivindicaram a sua posse, o predomínio de topônimos indígenas nos permite reconhecer os indícios de presenças e posses anteriores.

Nos mapas antigos, por um efeito de palimpsesto, os nomes dos fenômenos geográficos estão carregados de valores ideológicos que expressam a história do ponto de vista dos grupos dominantes, compondo camadas de histórias e poderes.

Ainda quando se referem a características da fauna, flora ou acidentes geográficos, precisamos indagar por que certo topônimo foi adotado, considerando a intenção de ocupar e tomar algo como propriedade privada ou coletiva, inscrita em um determinado lugar e contexto. Em suas preexistências, os nomes das paisagens e dos lugares, no Distrito Federal que hoje conhecemos e onde vivemos, não fogem a essas regras. Alguns deles aparecem há mais de duzentos anos nos mapas dessa região, portanto, já estavam por aqui representando formas específicas de ocupação do território, indicando sentidos de territorialidade, antes mesmo de se cogitar a construção da capital no interior do país.

Resta-nos pensar sobre os significados que eles carregam, como disputam sentidos na construção de narrativas hegemônicas da história do Distrito Federal, bem como sobre a possibilidade de confrontar estas narrativas ao identificar lacunas, construir inferências e sugerir outras leituras críticas para ensinar esta história.

Se partirmos da compreensão de que a região do Planalto Central, por sua centralidade espacial no território brasileiro, foi apresentada desde os primeiros mapas coloniais e ao longo da História do Brasil, por certas representações (a exemplo da ideia de sertão, da imaginária lagoa — Jaraés — de onde partiam os grandes rios, das riquezas ocultas associadas a um paraíso terreno etc.), mas, sobretudo, como um espaço a ser conquistado, temos que nos confrontar com um problema que passa pela apropriação — e reapropriação — dessas representações como fundantes de uma narrativa que se torna hegemônica.

Nesse sentido, precisamos investigar: (1) por que e como essas narrativas das preexistências do DF foram reapropriadas e; (2) como a historiografia do DF trata ainda hoje essa temática. Quando se trata de fontes documentais relativas à cartografia histórica em que aparece a região do Planalto Central, temos um universo bastante complexo: a) mapas antigos do período colonial em que ele aparece de forma geral ou onde ele é o ponto central; b) mapas oitocentistas que retratam as divisões políticas, aspectos naturais e outras tantas representações e uma infinidade de mapas do século XX que apontam para a “necessidade” de colonizar/civilizar o interior.

INDÍGENAS

A história dos povos habitantes do Planalto Central é muito anterior à construção de Brasília, compondo um território de fluxos indígenas intensos. De 1700 a 1800 é significativa a presença do Povo Xaciabá e do Povo Crixá, estes últimos, citados no relato do bandeirante Silva Braga, em sua passagem pela região em 1725. Em meados do século XVIII a região é apontada nos mapas como o “Certão do gentio Kayapó” (Mapa dos sertões de mar a mar, de Tosi Colombina). Há também registros dos Xerente e dos Acroá em mapas do século XIX, geralmente associados a observações do tipo: “região infestada por índios” e “terra vazia”.

No contexto de construção da nova capital, a partir da década de 1950, diferentes etnias se (re)territorializaram no DF, como os Fulni-Ô Tapuya, Tuxá, Kariri Xocó e Guaíjara, compondo hoje a Terra Indígena Santuário dos Pajés, a Comunidade Bananal e a Aldeia Teko Haw, territórios que enfrentaram graves conflitos relacionados à especulação imobiliária na última década.



▲ Indígenas Timbira na Esplanada dos Ministérios em 1960 [Foto de René Burri]. Fonte: Acervo Magnum Photos. Disponível em: www.magnumphotos.com/photographer/rene-burri/

A foto que trazemos acima é um registro feito pelo fotógrafo francês René Burri em 1960. Pode ser tomada como mote para acolher algumas provocações: Quem são estes indígenas? São candangos? Podemos falar em candangos indígenas? São trabalhadores que permaneceram? Retornaram (ou foram retornados) aos seus locais de origem?

Sabemos que a superposição de elementos hegemônicos associados ao urbano moderno e concretista deixa pouca margem para conceber sujeitos coletivos oriun-

dos de contextos comunitários nesta Brasília de construções monumentais e mesmo em suas margens. Ao sensibilizar o olhar para identificar os indícios de presença quilombola, indígena, de povos de terreiros e ciganos no Distrito Federal, propomos pensar que, ao mesmo tempo, estas coletividades e seus sujeitos singulares se apropriam dos espaços em que se inserem, sob a forma de agenciamentos que se apresentam de diferentes maneiras: pela resistência que opera como resposta às opressões históricas, ou ainda pela persistência em permanecer como parte de um coletivo, como nos provoca a pensar Neusa Gusmão (1994).

Argumentamos que essa persistência coletiva constitui formas diversas de territorialização. Algumas vezes é **território-útero**, que pode ser definido como um território em que os sujeitos são vinculados por laços de comunitarismo étnico-cultural, étnico-racial ou religioso. Podemos pensar o Quilombo Mesquita ou o Território Indígena Santuário dos Pajés, a Aldeia Bananal e a Aldeia Teko Haw como exemplos deste tipo. Comunidades de terreiro que existem desde antes de a capital ser construída e aquelas instaladas nas suas primeiras décadas, como o Axé Bara Leji, Centro Espírita do Pai Tito, criado em 1973 em Taguatinga.

Outras vezes são **territórios-luta**, aqueles territórios que se expandem para além de um espaço físico tradicional, reinventando pertencimentos com outros sentidos de tempo/espaço. Esse segundo sentido de territorialização ocorre a exemplo do Memorial dos Povos Indígenas no Eixo Monumental ou da sede da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ/DF), no Guará; ou a Praça dos Orixás no Lago Paranoá.

São também exemplos desta territorialização algumas memórias monumentalizadas como a Praça do Índio Galdino, ou aquelas que somente existem enquanto registro fixado no passado, como os antigos acampamentos ciganos em Taguatinga ou os terreiros escondidos desde muito nos quintais das periferias, ocultadas historicamente pelo medo das interdições.

Quais são os sentidos que atribuímos a estes lugares (materiais ou imateriais) nas memórias históricas do Distrito Federal? Como estes sujeitos coletivos podem ser reconhecidos por aquilo que açãoam como formas de agenciamento e não pelo que identificamos como ausências? Será possível traçar uma cartografia de territórios não hegemônicos associados a comunidades tradicionais no DF?

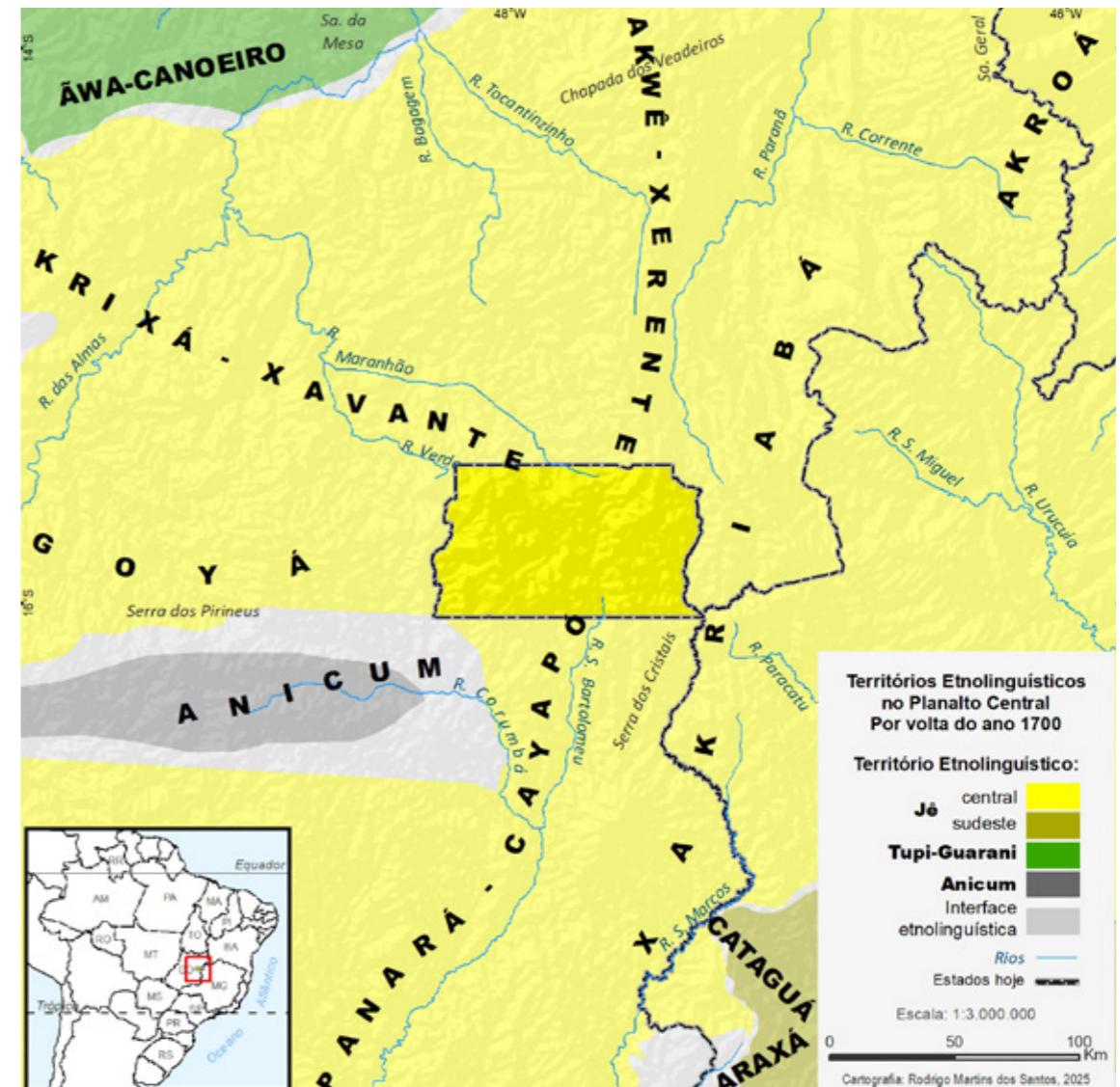
Como convite à imaginação histórica, trazemos mapas elaborados pelo geógrafo Rodrigo Martins (2025), que nos permitem reconhecer que a região do Distrito Federal é, desde muito, lugar de encontros de povos indígenas e territórios tradicionais.

MAPA 1.

TERRITÓRIOS ETNOLINGUÍSTICOS NO PLANALTO CENTRAL POR VOLTA DE 1700

Apresenta-se a configuração etnolinguística do território correspondente ao atual Distrito Federal na transição dos séculos XVII para o XVIII. Nesse contexto, observa-se a predominância da família etnolinguística Jê, à qual pertenciam os povos Xakriabá, Akwê-Xerente, Krixá-Xavante e Panará-Cayapó, provavelmente os principais grupos a transitar pela região à época. Os Akroá e os Goyá, igualmente integrantes da família Jê, habitavam áreas adjacentes ao Planalto Central. O povo Anicum, de língua desconhecida, estabelecia-se nas nascentes do rio Corumbá. Já os Cataguá e Araxá, possivelmente também de origem Jê, ocupavam as cabeceiras do rio Paranaíba, ao sudeste. Por fim, os ãwa-Canoeiros viviam na bacia dos rios Tocantins e Araguaia, ao noroeste da região.

Fonte: MARTINS DOS SANTOS (2013); NIMUENDAJU (2002 [1944]); LOUKOTKA (1967) e IBGE (2025).



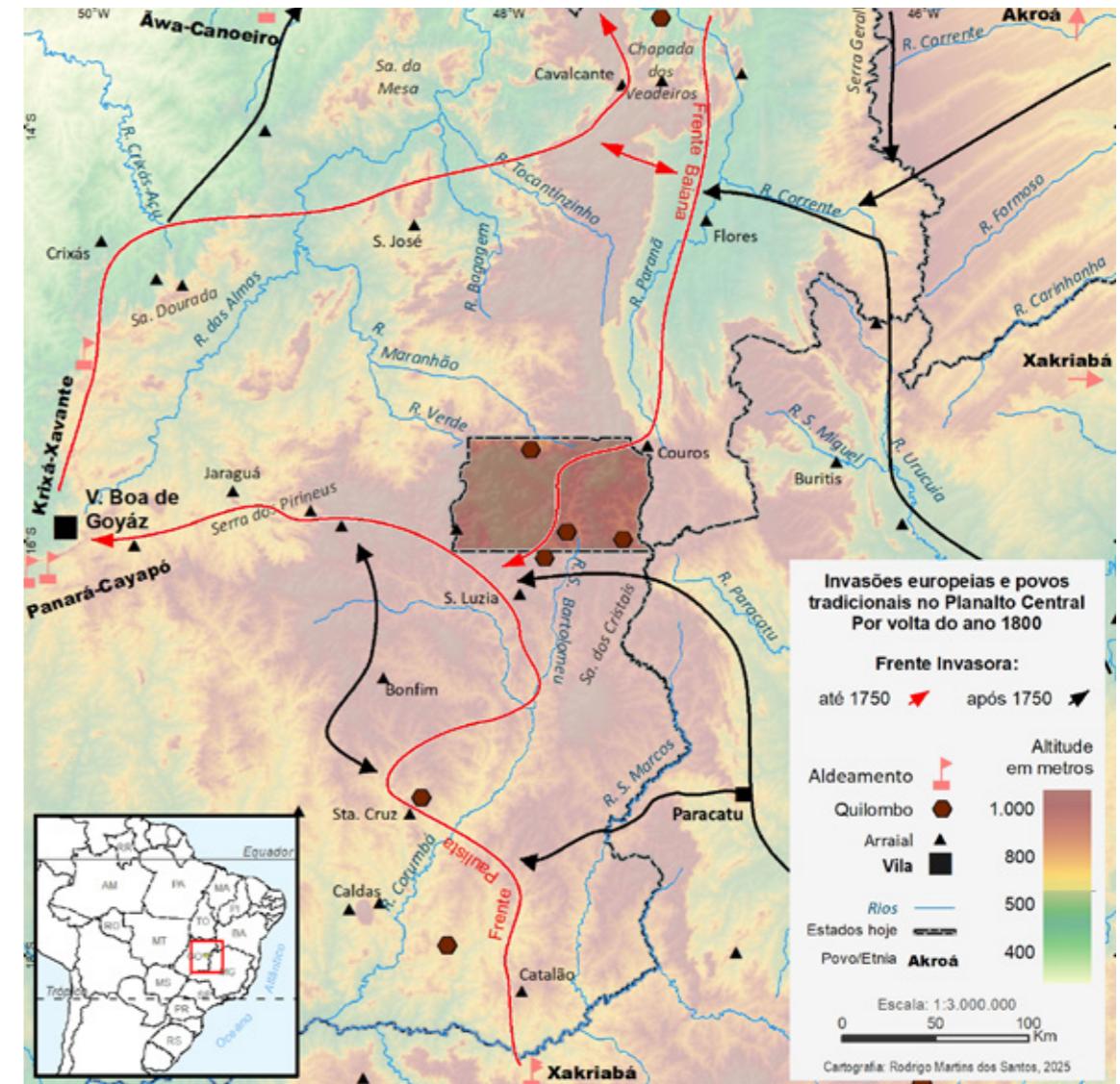
▲ Região do Distrito Federal por volta de 1700 a partir da presença etnolinguística. Mapa elaborado por Rodrigo Martins, 2025.

MAPA 2. INVASÕES EUROPEIAS E POVOS TRADICIONAIS NO PLANALTO CENTRAL POR VOLTA DE 1800

O mapa ilustra os principais itinerários trilhados pelos invasores luso-brasileiros na região do Planalto Central durante a transição do século XVIII para o XIX. Observa-se que os fluxos de penetração convergiam majoritariamente para a então capital, Vila Boa de Goyaz. Na primeira metade do século XVIII, destacavam-se duas frentes principais de ocupação: a paulista, de natureza predominantemente garimpeira, que adentrava o território pelo Sudeste, através de Catalão e Santa Luzia (atual Luziânia); e a baiana, de caráter pecuarista, que avançava pelo nordeste, através do Vale do Paraná, atravessando a Chapada dos Veadeiros e o atual Distrito Federal a partir de Couros (hoje Formosa).

A partir da segunda metade do século XVIII, novas rotas de penetração provenientes da Bahia passam a emergir, a partir da Serra Geral, assim como vias originadas em Minas Gerais, destacando-se o acesso pelo vale do Urucuia e outro por Paracatu, este último estabelecendo conexão entre o Planalto Central e a nova capital, no Rio de Janeiro.

O mapa também evidencia o surgimento de “aldeamentos” — presídios destinados à catequese e contenção de



▲ Região do Distrito Federal por volta de 1800 a partir das frentes invasoras. Mapa elaborado por Rodrigo Martins, 2025.

populações indígenas, com o objetivo de abrir seus territórios à exploração colonial —, além de quilombos, espaços de refúgio e resistência de escravizados fugitivos.

Fonte: MARTINS DOS SANTOS (2013); NIMUENDAJU (2002 [1944]); LOUKOTKA (1967) e IBGE (2025).

MAPAS 3 E 4. SANTUÁRIO DOS PAJÉS

Apresenta o Território Indígena Santuário dos Pajés, no bairro Noroeste, situado entre o Plano Piloto e o Parque Nacional de Brasília.

Fonte: FUNAI (2025).



◀ Localização do Território Indígena Santuário dos Pajés, Distrito Federal. Mapa elaborado por Rodrigo Martins, 2025.

OUTRAS BRASÍLIAS: MEMÓRIAS SENSÍVEIS E CONTRANARRATIVAS



Deslocamentos indígenas para o Território Santuário dos Pajés no Distrito Federal a partir da década de 1950. Mapa elaborado por Rodrigo Martins, 2025.

Este mapa ilustra os quatro principais fluxos migratórios de povos indígenas para o Distrito Federal ao longo do século XX. O primeiro ocorreu em 1957, com a chegada dos Fulni-ô, oriundos de Pernambuco, que estabeleceram o Santuário na capital federal. O segundo movimento deu-se na década de 1970, quando grupos Tuxá da Bahia se uniram aos Fulni-ô no processo migratório. O terceiro fluxo, registrado em 1986, corresponde à migração dos Kariri-Xocó, provenientes de Alagoas. O quarto e último deslocamento do século refere-se à chegada dos Guajajara-Tenetehara, na década de 1990.

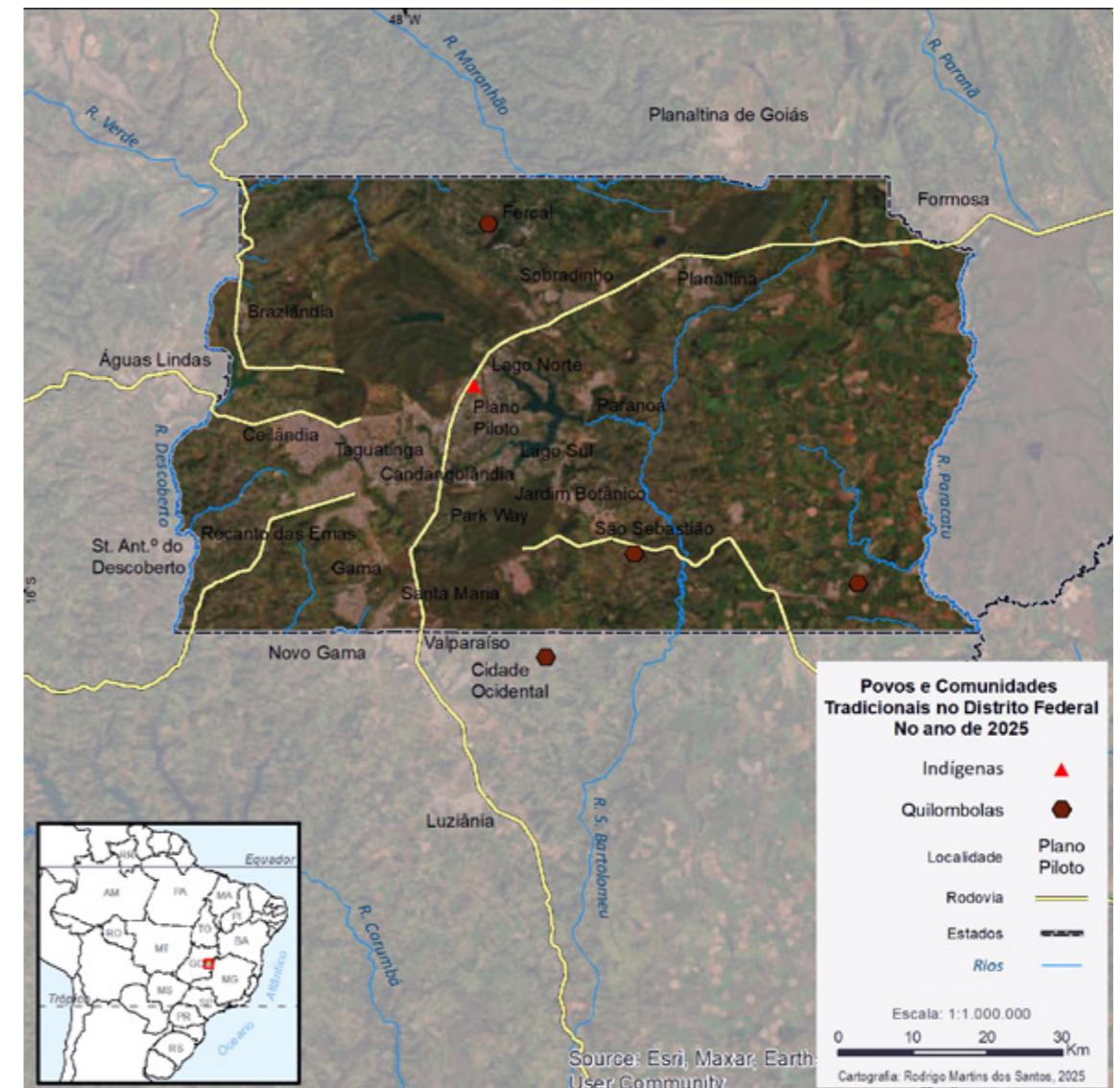
Fontes consultadas: Brayner (2013) e Queiroz (2021).

MAPA 5.

INDÍCIOS DA PRESENÇA HISTÓRICA DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO DISTRITO FEDERAL

O mapa apresenta dois territórios consagrados: o território indígena do Santuário dos Pajés, localizado no Plano Piloto, e o quilombo Mesquita, situado na Cidade Ocidental, região do entorno do Distrito Federal. Também indica outros três locais com evidências da presença histórica de comunidades quilombolas: Fercal, São Sebastião e a porção sudeste do Distrito Federal.

Fonte: BRAYNER (2013) apud QUEIROZ (2021).



▲ Indícios da presença histórica de territórios indígenas e quilombolás no Distrito Federal. Mapa elaborado por Rodrigo Martins, 2025.



◀ Aeroporto na construção de Brasília. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP: 00864-NOV-D-04-04-B-16. Brasília, 1957.

QUILOMBOLAS

Nesta Brasília de eixos e pilotis, e mesmo em suas margens, um olhar mais apurado nos permite reconhecer que essa também é uma história de quilombos e povoados. Esses grupos demonstram modos distintos de vivenciar e utilizar o espaço urbano. A construção de Brasília tem uma presença significativa de trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, inclusive do Quilombo Mesquita. A pesquisa de Martiniano da Silva (1998) demonstrou que junto com o Mesquita, desde o século XVIII, há uma comunidade que ele identifica como **“Quilombo do Planalto Central” ou “Quilombo de Brasília”**, do qual decorrem os topônimos **Córrego e Ribeirão Quilombo**, como indícios de presença. Há também o **Quilombo do Vale do Paraná**, que tem os **Kalunga** como remanescentes. Relatos orais nos permitem inferir que também é território tradicional o **Vão do Buraco (Rua do Mato, Fercal)**, como demonstra o relato do Sr. Delson, morador da Fercal.

“Eu nasci em 2 de setembro de 1951, neste bairro, aqui em frente à minha casa. Na época era parteira, se não me engano foi a minha própria vó. Então nasci antes mesmo de Brasília. Aqui é um bairro da Fercal, chamado Rua do Mato. Na época não existia a cidade que é hoje, a Rua do Mato se chamava Vão do Buraco e era uma das maiores comunidades rurais do município de Planaltina, que fazia parte de Formosa, Goiás. Aqui na comunidade tem uma igrejinha que tinha uma novena que começou por volta

de 1800 e alguma coisa, na época da escravidão. Meu bisavô por parte de pai era escravo e casou com minha bisavó Coleta. Ele morreu e a gente chamava aqui de Coleta. Era uma família muito grande, de homens, se eu não me engano, 18 homens. A fazenda era dos Gomes Rabelo, e os Coleta eram agregados e trabalhavam para o fazendeiro. A família Gomes foi casando e foi ocupando dentro. Aqui era uma mata muito grande e tinha uma estrada carreira no meio da mata onde passava carro de boi para ir para Planaltina. Foram fazendo casa na beira da mata, fazendo casa, foi virando um vilarejo. Aí o pessoal de lá de baixo, do Vão do Buraco, falava assim: ‘Ah, ele mora na Rua do Mato’. Era pouca distância, mas, por causa da rua de dentro da mata, pegou o nome ‘Rua do Mato’”. (Relato do Sr. Delson da Costa Matos, Projeto Museu da Pessoa.)

A construção da capital na segunda metade dos anos 1950 tem uma presença significativa de trabalhadores e trabalhadoras do Quilombo Mesquita. Comunidades rurais negras e povoados compuseram por séculos um cenário de enfrentamentos, resistências, trocas e alianças, como está evidenciado no filme de curta-metragem *Os Mesquita*, produzido pelo Canal E da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Assista ao curta-metragem *Os Mesquita*, dirigido por Cristiane Portela.



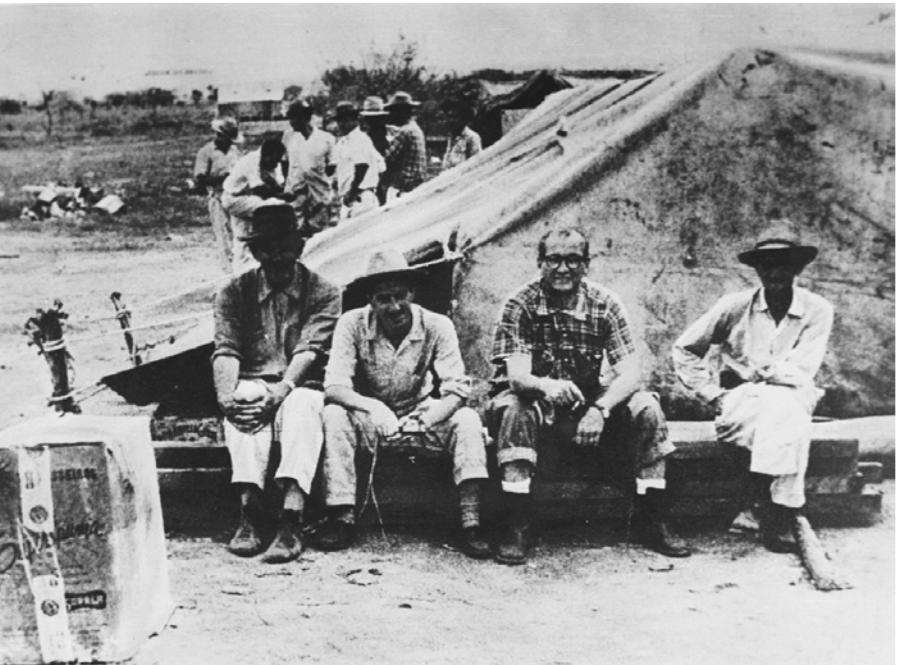


Sobre o Quilombo Mesquita, em seu laudo antropológico encontramos o seguinte histórico:

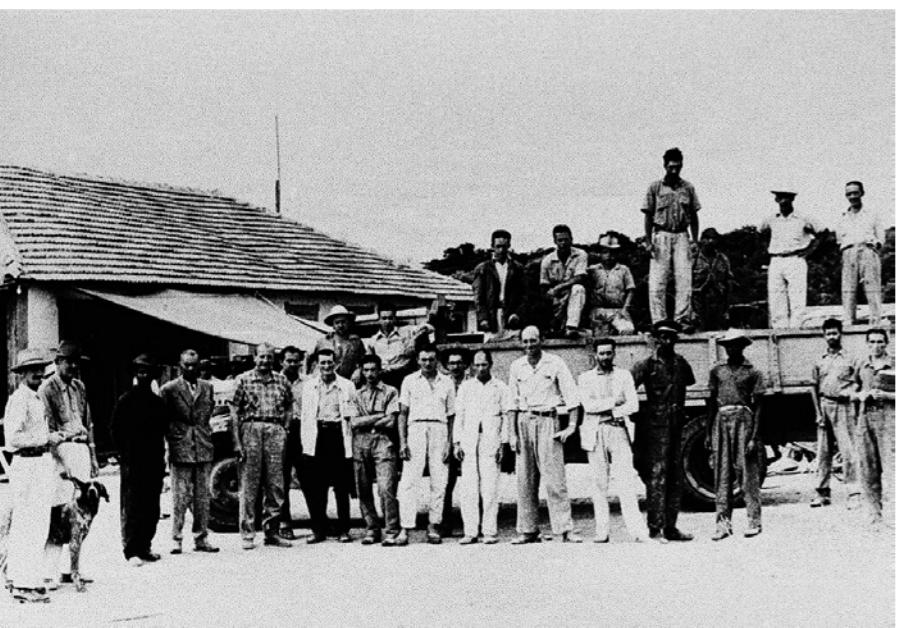
“[...] Em outubro de 1749, Santa Luzia [atual Luziânia] foi elevada à categoria de Julgado, e no ano seguinte a Arraial. [...] A lendária **canalização do ribeirão Saia Velha** para a exploração das minas do Cruzeiro, acima mencionada, é um episódio simbólico e importante para efeito deste relatório, pois o ribeirão Saia Velha corta a região em que se encontravam dispersos os antepassados do que futuramente iria se estabelecer como “povoado negro de Mesquita”, esta comunidade de remanescentes de quilombos que resistiu até à atualidade a uma série de adversidades. Os negros mais velhos de Mesquita lembram-se de fragmentos da história da canalização do

▲ Homem em carroça transportando mandiocas, 1958. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP. 3260_NOV_C_4. Brasilia_DF_22_04_1958. Autor: Mario Fontenelle.

Saia Velha vivida por seus antepassados e contada de geração em geração, assim resguardada pela tradição oral. [...] **Em Mesquita ainda hoje se ouve: aqui nunca foram escravos.** Este é o discurso imperativo, o cartão de visita, a estratégia de ocultar o que outrora era considerado ilegal. “Os nossos antepassados vieram fugidos, por isso não somos descendentes de escravos. Quem foge não é livre? M., mesquitense”. Por outro lado, o fato da lembrança ancestral do acontecimento “Guerra das Cabaças” denuncia uma continuidade histórica. O que ocorre é que a escravidão no passado é velada na atualidade por uma série de interditos construídos ao longo da biografia da comunidade, afastando de si o tempo do cativeiro. A lembrança deste episódio representa um lapso na ruptura entre dois tempos distintos e nos possibilita, por meio da análise, inferências de elementos não permitidos expressamente. É compreensível a ruptura com códigos que os revivam o passado cativo: além de um estigma projetado nas relações sociais com a sociedade envolvente que se quer desfeito, a lógica da escravidão agride a identidade do grupo hoje, com a origem construída na dignidade do acesso à terra, firmado na conquista de um território.” (Relatório Antropológico da Comunidade do Quilombo Mesquita, 2011, p. 57, 59 e 60)



◀ Construção do Catetinho [Fazenda Gama], 1956. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP.



◀ Trabalhadores que participaram da construção do Catetinho [Fazenda Gama] em 1956. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP.

POVOS ROMANI (CIGANOS CALON)

No século XX, as populações tradicionais continuaram a chegar e a percorrer o Distrito Federal, enfrentando pressões para se assimilarem e apagarem sua identidade cultural. Algumas dessas populações se estabeleceram em áreas menos povoadas, enquanto outras se integraram às áreas urbanas, mantendo suas tradições, crenças e costumes. Além dos indígenas e quilombolas, outras populações invisibilizadas na história oficial também buscam constantemente superar o apagamento e afirmar sua presença, a exemplo dos Povos Romani (ciganos), homens Calon e mulheres Calin, que vivem há pelo menos cinco décadas no Distrito Federal, reunidos hoje em assentamentos na Rota do Cavalo e no Córrego do Arrozal, Sobradinho, Distrito Federal. O filme de curta-metragem *Calon, povo cigano no DF* conta um pouco da trajetória da comunidade Calon liderada pelo Sr. Wanderley.

Assista ao curta-metragem *Calon, povo cigano no DF*, dirigido por Cristiane Portela.





Um aspecto do acampamento de ciganos em Taguatinga. Sua vida nômade é sempre uma nota pitoresca quebrando a monotonia.

CIGANOS EM BRASÍLIA REVELAM AO REPÓRTER MISTÉRIOS DE SUA RAÇA

É interessante observar que, em novembro de 1960, o *Correio Braziliense* dá notícias da presença cigana desde antes na Cidade Livre, Núcleo Bandeirante. Conforme o jornal, “uma cidadela colorida que atraía a atenção de todos”, e que teria sido expulsa pelas forças policiais. Na mesma matéria se evidencia que, poucos meses depois de inaugurada a nova capital, cerca de cem pessoas romani viviam nas proximidades da Vila do IAPI.

▲ Ciganos em Brasília revelam ao repórter mistérios da sua raça. Recorte do *Correio Braziliense*, edição 01122 de 16 de janeiro de 1964, página 08. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/13077. Acesso em: 25/03/2025.



Mulheres ciganas na Cidade Livre ▶ em 1958. Fonte: ArPDF, Fundo NO-VACAP_NOV-D-4-4-B-1 (114).



Mulheres ciganas na Cidade Livre ▶ em 1958. Fonte: ArPDF, Fundo NO-VACAP_NOV-D-4-4-B-1 (118).

Casamento de Ciganos em Taguatinga Atrai Atenção Por Seu Belo Ritual

As cerimônias de um casamento cigano, vêm sendo respeitadas através dos séculos. Desde que os insatisfeitos com o reinado de Josué debandaram da tribo de Israel, formando assim uma forte nação nômade, há mais de cinco mil anos passados. Adotam os ciganos credos e rituais que ainda hoje se repetem nas ocasiões de pranto ou de festa. De tais cerimônias, uma das mais singulares é sem dúvida o matrimônio, pelo es-

Text de PAULA PESSOA

Fotos de VICTOR BARBALHO

menagens prestadas à virgindade da noiva. Dançar-se na véspera, cultuando-se a virgindade: no dia, comemorando-se o casamento e um dia após quando a cigana deixou de ser a noiva e se transformou em esposa. São os ciganos os mais ferríneos de votos do respeito à família e a

uma bandeira vermelha ao executarem um número de dança russa. Nossa curiosidade foi aguçada e procuramos o escritor Piotr Dizerzensky que nos explicou o significado. Disse que sempre se usa a bandeira nos casamentos ciganos significando que a noiva é realmente viável



Em janeiro de 1964, é notícia de página inteira um grande “casamento cigano” ocorrido em uma comunidade Calon, que vive em Taguatinga. Se desde a construção temos registros fotográficos de pessoas Romani na Cidade Livre, durante as décadas de 1960 e 1970, comunidades ciganas seguem sendo notícia nos jornais, permitindo inferir uma presença muito significativa em toda a história do Distrito Federal.

▲ Casamento de ciganos em Taguatinga. Recorte do *Correio Brasiliense*, edição 01130 de 25 de janeiro de 1964, página 08. Link: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/13169. Acesso em: 25/03/2025.



**EIXO 2.
VAZIOS E
ESVAZIAMENTOS
| OCUPAÇÕES E
CONTRANARRATIVAS**

▲ Pessoas anônimas na Cidade Livre. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP: NOV-D-04-04-C-04-01840. Brasília, 1957.

COMO SE CONSTRÓI UM VAZIO?

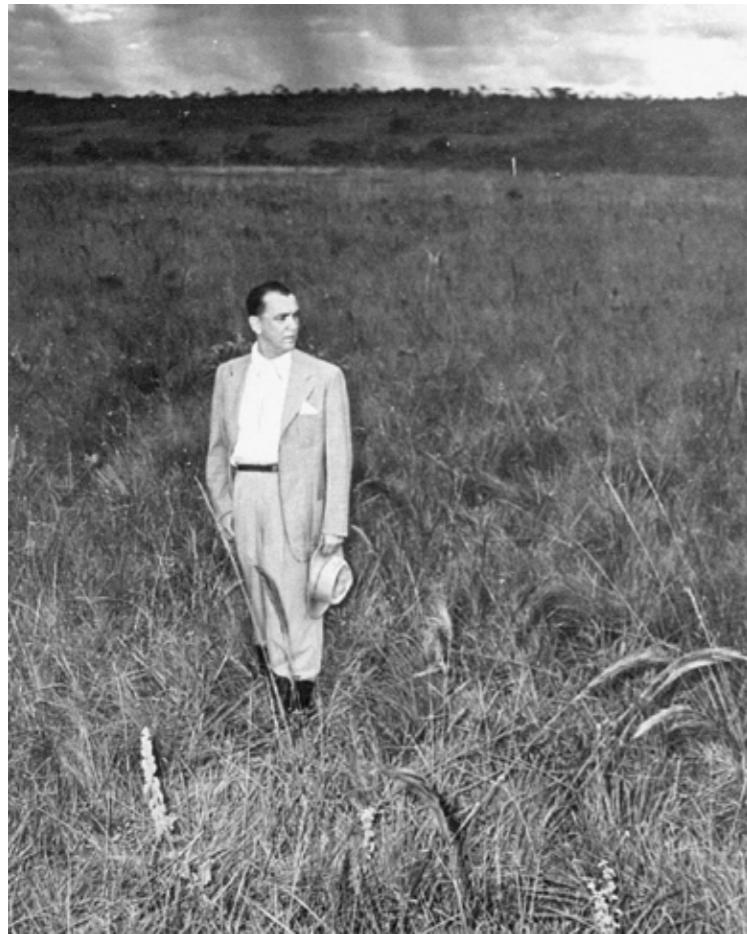
O Marco Zero, recentemente identificado em seu ponto exato pelo Arquivo Público do Distrito Federal, assinala simbolicamente um novo momento na história do país, demarcando um início, um ponto zero, um lugar vazio, a ser modificado para ser preenchido. Entretanto, já sabemos que há histórias anteriores: planos de ocupação civilizadora do Planalto Central, comunidades tradicionais que estabeleceram alianças, quilombos que confrontaram o sistema escravista, caminhos e paragens alternativas aos oficiais. Além disso, gerações locais, desde este “sertão planaltino”, esperaram Brasília chegar.

Marco Zero da Rodoviária, 1957. ▶
Fonte: Fundo NOVACAP, NOV-D-
-4-4-B-3 (674).



Marco Zero da Rodoviária, 1957. ▶
Fonte: Fundo NOVACAP, NOV-D-
-4-4-B-3 (673).





◀ JK na Fazenda Gama, 1956. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP. Reprodução em 17/03/80_041220_SCS_JF_10_3_C_1. Foto: Luiz Lemos.

No cerrado sem contexto, a imagem solitária de JK constrói o esvaziamento a partir de um enquadramento. Do outro lado da cena, na Fazenda Gama, JK, os animais em um primeiro plano, a burocracia estatal, forasteiros e locais. Destes últimos, sobretudo, mulheres e crianças. O que estes rostos, vestimentas e expressões nos contam sobre este encontro em 1956? Dizem-nos que a nova capital se tornou o encontro de muitos brasis, do novo e do antigo. Brasília não é só moderna. Não é só um plano. Tampouco era um vazio.



▲ JK com populares locais na Fazenda Gama, 1956. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP. Reprodução em 17/03/80_041220_SCS_JF_10_3_C_1. Foto: Luiz Lemos.

QUANTAS CONTRANARRATIVAS E LUTAS CABEM EM UMA CIDADE-CAPITAL?



▲ Cinema e circo na Cidade Livre. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP. NOV-D-4-4-B-1 (111). Brasília, 1957.



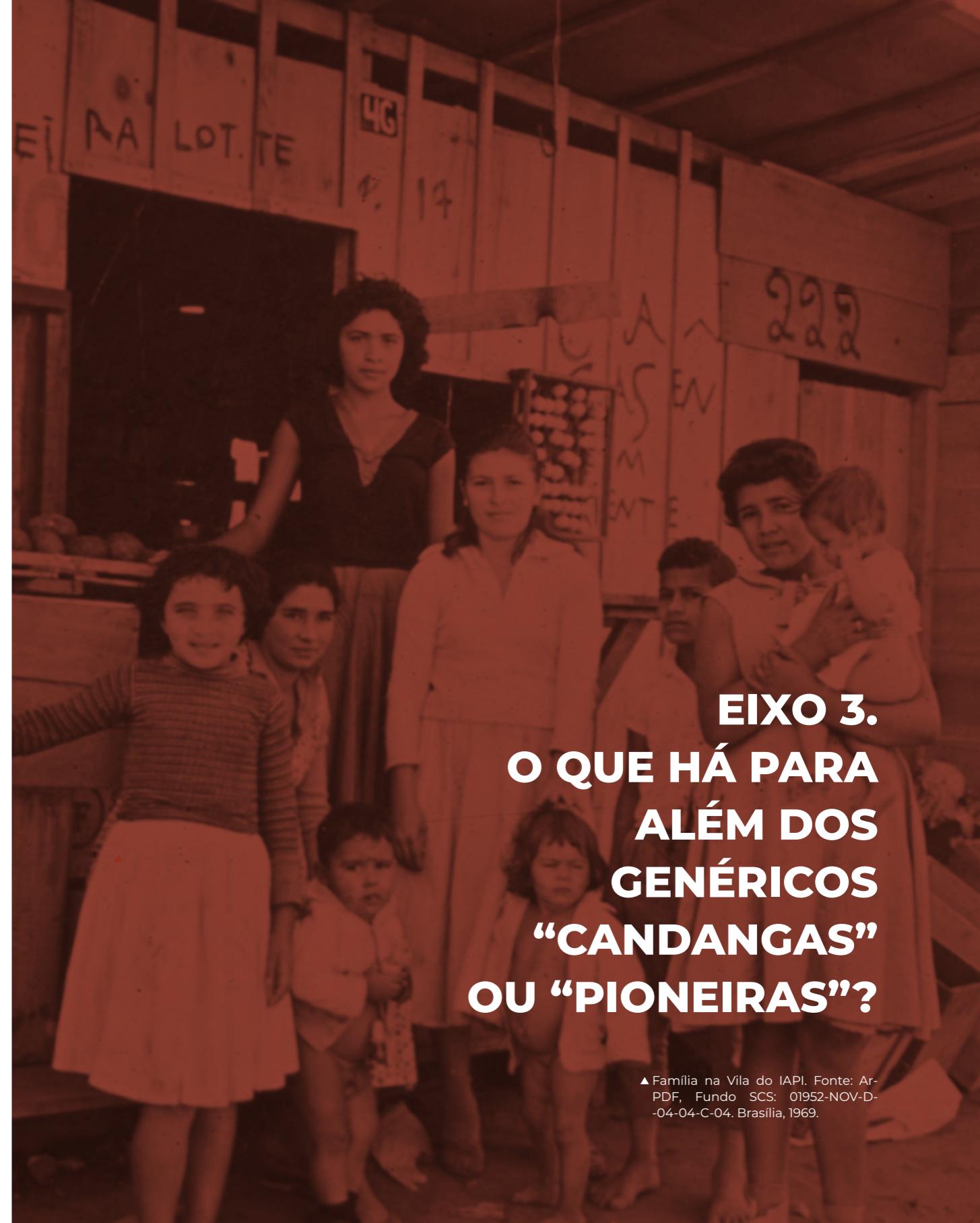
▲ Cartazes do cinema na Cidade Livre. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP. NOV-D-4-4-B-1 (112 a_b_c). Brasília, 1957.



◀ Família nos arredores da construção de Brasília. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP: NOV-D-4-4-B-11 (1395), 1958.



◀ Mulheres e crianças na Vila do IAPI em 1969. Fonte: ArPDF, Fundo SCS-GF-6-1-B-1 (2160) (I).



EIXO 3. O QUE HÁ PARA ALÉM DOS GENÉRICOS “CANDANGAS” OU “PIONEIRAS”?

▲ Família na Vila do IAPI. Fonte: ArPDF, Fundo SCS: 01952-NOV-D-04-04-C-04. Brasília, 1969.

BIOGRAFIA 1.

MARIA DOMINGAS

GONÇALVES*

Mulher negra retinta, Maria Domingas nasceu em Ca-
tanduva/SP em 19 de agosto de 1938, mas foi criada na
cidade de São Carlos, também localizada no interior pau-
lista. Ainda muito jovem, cursou Magistério em Educa-
ção Física, formando-se no ano de 1958 e tendo as suas
primeiras experiências docentes na pequena cidade de
Palestina, região de São José do Rio Preto. Já como pro-
fessora, viria para Brasília no ano de 1962, trabalhando na
então Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF).

Dando continuidade ao histórico de militância de seus pais, passaria a ter um forte engajamento político local, integrando a Associação de Professores do Distrito Fede-
ral. Foi a primeira diretora do Ginásio do Guará, no início
do ano de 1970, mas sua nomeação nunca aconteceu. Os
documentos da censura indicam que a interdição foi de-
corrente de sua participação em movimentos grevistas
e o apoio a estudantes secundaristas, durante o período
da ditadura militar. Desestimulada pelo contexto políti-
co de perseguição, Maria Domingas voltaria para SP em
1972, mas sua história marcaria a memória das lutas no
Distrito Federal.

*Biografia inspirada em pesquisa realizada pela historiadora Tereza Eleutério, no âmbito do projeto Outras Brasílias. A fotografia do ArPDF traz a Prof. Maria Domingas em lugar de destaque e registra o dia da inauguração do Ginásio do Guará.



▲ Professora Domingas na inau-
guração do Ginásio do Guará,
04/04/1970. Fonte: ArPDF, Fundo
SCS: SCS-HF-12-7-A-1. Brasília, 1970.

BIOGRAFIA 2.

ZENAIDE BARBOSA DOS SANTOS*

Na foto, Zenaide é a jovem que está com a bandeja e um bule de café na mão. Nasceu em Anápolis, em 1936, dentro de uma família numerosa. Por volta dos catorze anos de idade já trabalhava como doméstica na antiga capital, o Rio de Janeiro. No momento em que ocorre a cena registrada acima, outubro de 1956, ela havia chegado há poucos meses, voltando ao Planalto Central para morar com um dos seus dezenove irmãos, Sebastião, um vaqueiro que trabalhava na Fazenda Gama.

Esta data seria marco para o início da construção da nova capital. Enquanto apanhava lenha para acender o forno, Zenaide foi chamada pelo irmão às pressas, que



▲ Zenaide Barbosa, com JK e populares locais na Fazenda Gama, 1956.
Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP. Reprodução em 17/03/80_041220_SCS_JF_10_3_C_1. Foto: Luiz Lemos.

Ihe pediu que preparasse um café para o “doutor Jorcelino”, então presidente do Brasil, que visitava a região com uma comitiva. Essa cena imprevista tornaria a jovem Zenaide uma personagem popular relativamente conhecida na história da construção de Brasília. Casou-se aos 24 anos com um funcionário da Novacap e teve dois filhos, pelo menos oito netos e bisnetos.

*Biografia inspirada em exposições localizadas na Fazenda Gama e no Museu do Catetinho, DF.

BIOGRAFIA 3.

SUZANA CONCEIÇÃO MENDONÇA*

Suzana nasceu em 10 de agosto de 1929, em Santa Cruz de Inharé, Rio Grande do Norte. Aos nove anos se mudou com a família para Fortaleza, capital do Ceará. Diante das condições de vida muito difíceis, os pais tiveram que deixá-la para morar e trabalhar em uma casa de família. Depois de viver trabalhando muitos anos como doméstica, perdeu contato com a família nuclear e veio para Brasília no dia 3 de junho de 1958, chegando à Cidade Livre tarde da noite. Foi morar na Vila Amaury, e foi neste lugar que nasceu o seu primeiro filho.

Na capital em construção, tornou-se lavadeira. Conta que, enquanto estava grávida de Haroldo, foi entregar malas de roupas lavadas na Construtora Pacheco Fernandes e, impedida de entrar, foi alertada pelos policiais de que muitas pessoas haviam sido mortas na noite anterior, “umas quarenta, eles diziam”. Foi o dia em que ocorreu o Massacre da GEB. Entre as malas que deveria entregar, restaram aquelas que pertenciam a vítimas do massacre na Pacheco Fernandes. Ela decide então doar as roupas não entregues para pessoas que necessitavam. Nesse tempo, morava na Vila Amaury, acampamento que seria inundado para a construção do Lago Paranoá. Assim que foram abertas as comportas da barragem, ela teve que sair às pressas com os filhos. Morando na Vila Planal-

to, viu erguerem-se os prédios da Esplanada dos Ministérios. Foi cozinheira em uma cantina na W3 Sul, camareira e lavadeira. Trabalhou muito, enfrentou muitas lutas. Conta que a maior alegria de sua vida foi o reencontro, em Brasília, com o irmão Joaquim Estevão, depois de ficarem 16 anos separados e sem notícia um do outro.

*Biografia inspirada em relato oral concedido ao ArPDF (1990) e na narrativa de Dona Suzana ao ser entrevistada no documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho.



▲ Trecho da entrevista com Dona Suzana no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*.

BIOGRAFIA 4.

CONCEIÇÃO QUINTINO DOS SANTOS (PAPUDA)*

Conceição nasceu na primeira metade do século XIX e viveu na Fazenda Santo Antônio da Papuda, propriedade oriunda de uma antiga sesmaria que se dividiu em várias fazendas. Por ter sido acometida de bócio, doença causada pela carência de iodo e que deforma e incha o pescoço, Conceição recebeu o apelido de “Papuda”, e esta designação logo seria associada ao nome da fazenda. Ali criava-se gado para o corte e um para a produção leiteira, como ocorria na maioria das fazendas da região, contando com o trabalho de pessoas escravizadas e agregados, que realizavam todo tipo de serviço.

Mais tarde, o nome foi simplificado para Fazenda Papuda, e esta localidade corresponde atualmente à Região Administrativa de São Sebastião. O nome, atribuído lá no século XIX, tornou-se consolidado no DF, designando outros lugares da região, inclusive um presídio. Como topônimo, concorre com nomes de santos, como Antônio, Bartolomeu e Sebastião, que estão ao seu redor.

Trazendo as marcas de uma personagem histórica, esta mulher está presente no imaginário popular, não pelo seu nome próprio (que aqui, imaginamos), mas pela alcunha associada à doença.

*Biografia livremente inspirada em registros cartográficos, mapas antigos da região do Distrito Federal.



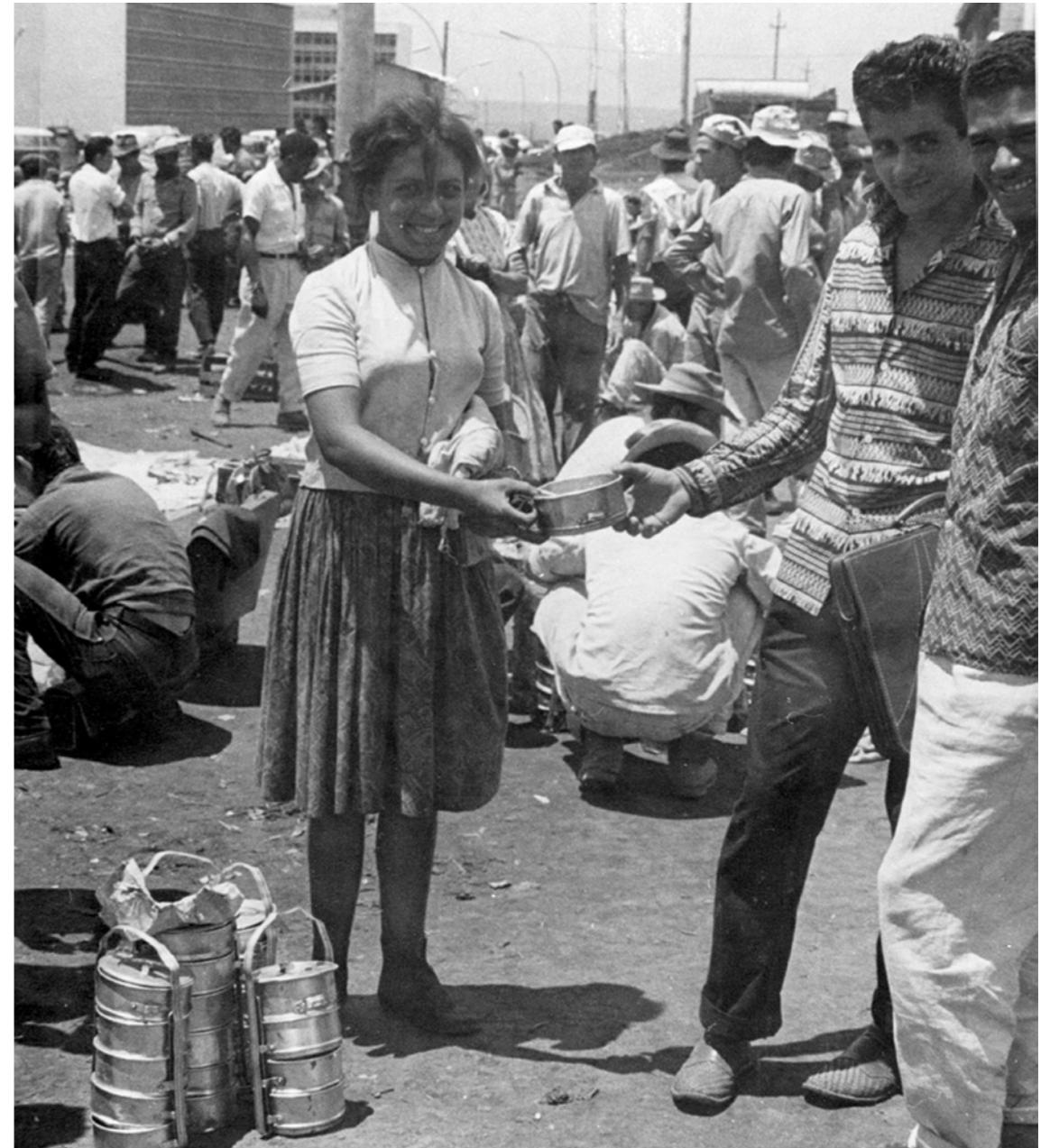
▲ Casarão da Fazenda Papuda. Fonte: Acervo Cora de Lurdes Meireles Braz.

BIOGRAFIA 5. ALZIRA ALVES DE VASCONCELOS*

Alzira nasceu em 1933 e cresceu no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro. Filha de pais portugueses de família trabalhadora, fez curso técnico em Enfermagem enquanto ajudava o pai, que trabalhava no açougue do bairro. Aos vinte e poucos anos se casou com Osias Ferreira e teria logo duas filhas. Animados com as promessas da nova capital em construção, a recém-constituída família se transferiu para o Planalto Central em 1957, onde Alzira passou a trabalhar como enfermeira no IAPI, morando nos arredores.

Apesar da vida relativamente tranquila que levavam, Alzira começou a ser abordada e perseguida por dois vizinhos, que lhe faziam propostas ofensivas e desrespeitosas. Alzira foi uma das primeiras mulheres a registrar ocorrência policial na Divisão de Segurança da NOVACAP, constando o seu registro no primeiro livro-ata dessa instituição.

*Biografia livremente inspirada nos registros de ocorrências policiais da Divisão de Segurança da NOVACAP, parte do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).



▲ Mulher vendendo marmitas. Pessoas_Anonimas, 1958. Fonte: ArPDF. Fundo NOVACAP. M3429_NOV_C_4.

BIOGRAFIA 6.

MARIA OLÍMPIA COSTA*

Nascida em 18 de agosto de 1929, em Pirapora, Minas Gerais, Maria Olímpia é descendente de indígenas do Povo Xakriabá, que outrora habitara uma vasta região nas margens do Rio São Francisco, onde ela cresceu, trabalhando como a gente pobre dali. Com treze anos, casou-se com Geraldo Eustáquio, vinte anos mais velho do que ela, e tiveram seis filhos. Em 1960 a família deixou a vida ribeirinha e mudou-se para Brasília, cidade em construção que lhes oferecia novas oportunidades de trabalho. Acomodaram-se na então Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.

Não fazia nem seis meses que estavam lá e foram surpreendidos por um grande incêndio, que atingiu mais de cem casas no dia 1 de setembro de 1960. O incêndio vitimou Maria Olímpia e duas de suas filhas, asfixiadas pela fumaça e pelo fogo que trouxeram horror à recém-inaugurada capital. Seu marido e dois de seus filhos ho-

mens, que estavam trabalhando nas obras de uma superquadra do Plano Piloto na noite do incêndio, foram salvos da tragédia que acometeu a família.

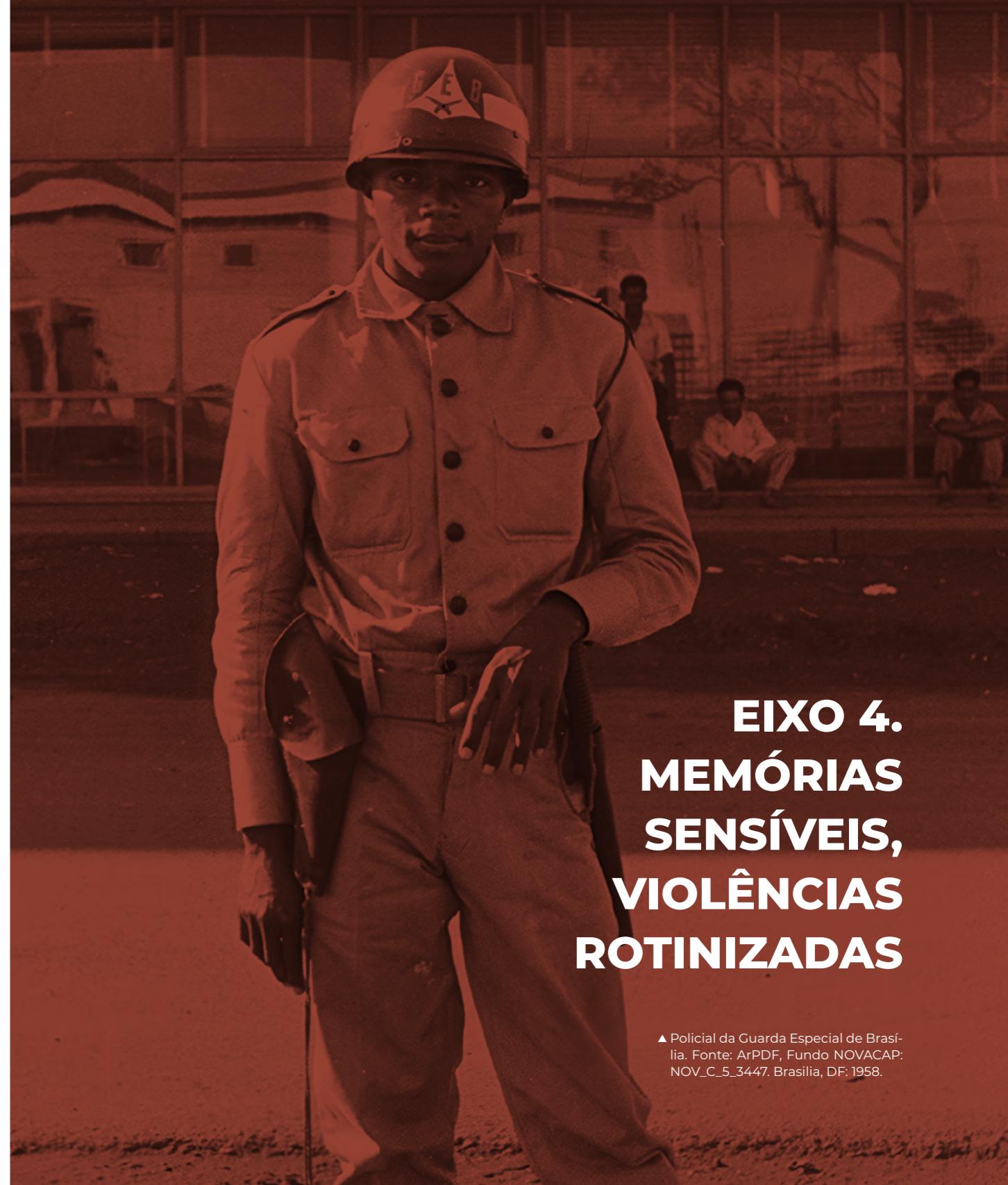
*Biografia livremente inspirada em registros de jornais da época, a partir de pesquisa feita no acervo do *Correio Braziliense*, disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



▲ Família em 1957. Pessoas anônimas em Brasília/DF. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP 3339_NOV_C_4.



▲ Cantina na Esplanada dos Ministérios. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP: NOV-D-4-4-B-5 (392). Brasília, 1957.



▲ Policial da Guarda Especial de Brasília. Fonte: ArPDF, Fundo NOVACAP: NOV_C_5_3447. Brasília, DF: 1958.

EIXO 4. MEMÓRIAS SENSÍVEIS, VIOLÊNCIAS ROTINIZADAS

QUANTAS CIDADES CABEM EM UM PLANO?

Taguatinga, fruto da interdição de acesso ao Núcleo Bandeirante já em 1957, foi resultado de uma luta popular, que conquistou seu reconhecimento em 1958.

Também tivemos Gavião e Cemitério, nomes populares para o Setor de Residências Econômicas Sul (SRES), que virou Cruzeiro. Na sequência da inauguração de Brasília, Gama e Sobradinho são reconhecidas como cidades-satélites. Dos acampamentos pioneiros de construção, permanecem no Plano Piloto: a Vila Planalto, a Vila Telebrasília e a Granja do Torto. Desdizendo a despedida, a Cidade Livre permaneceria como Núcleo Bandeirante e, assim como a Candangolândia (antiga Lonalândia), fixaram-se tempos depois.

Dos arredores do Paranoá, uma vila fica submersa (Vila Amaury). Nos arredores do lago, existia a Vila Bananal (também conhecida como Sacolândia) em função dos barracos improvisados com sacos de cimento. Anos depois seria deslocada a Vila Paranoá, localidade de trabalhadores que construíram a barragem do Lago.

Nesta última, as mulheres ainda teriam que “armar barraços” no fim dos anos 1980 para ter direito à cidade. Quem luta pela cidade? Por qual cidade se luta? O que as fontes nos permitem compreender acerca da história das mulheres que mobilizaram lutas, enfrentando as relações de gênero no cotidiano da construção de Brasília em fins da década de 1950? Como pensar, sob uma perspectiva plural, a presença de mulheres na nova capital? Estamos seguras de que elas sinalizam modos de narrar a história do Brasil e do Distrito Federal. As seis mulheres que aqui destacamos de uma multidão sem rostos, por meio de cotidianos reais ou ficcionados, dão mostras de protagonismos possíveis e formas de agenciamento de suas próprias histórias.

Violências foram rotinadas desde a construção de Brasília e agravadas durante o período da ditadura militar (1964 a 1985), mas estas também podem ser identificadas antes e depois do recorte temporal desse período, em episódios como o Massacre da GEB (1959) e o “Baderneço” (1986).

EPISÓDIO 1. 1959, MASSACRE DA GEB

Brasília, carnaval de 1959. A construtora Pacheco Fernandes (Vila Planalto) abrigava pelo menos 1.300 homens no acampamento dos trabalhadores. A ordem foi que não se dispersassem para a folia. Salário atrasado e corte de água. Comida estragada foi estopim para a revolta. Começa um quebra-quebra. A Guarda Especial de Brasília



◀ Trabalhadores em refeitório durante a construção de Brasília. Pessoas anônimas, 1958. Fonte: ArPDF. Fundo NOVACAP. NOV-D-4-4-B-6 (760).



▲ Monumento em homenagem aos trabalhadores mortos no Massacre da GEB. Praça na Vila Planalto – Brasília/DF. Fonte: Acervo Comunitário da Vila Planalto.

(GEB) é acionada. Cansados da violência rotinizada, os trabalhadores reagem. A GEB se retira, mas para voltar. Ao retornar, já chega atirando. A equipe do jornal alternativo *Binômio*, de Belo Horizonte/MG, ouviu relatos de moradores que contam sobre corpos transportados em caminhões-caçamba. O jornal *O Popular*, de Goiânia/GO, fala em nove mortos e sessenta feridos. A pesquisadora Nair Bicalho (2015) conta que o mesmo número aparece em um telegrama enviado pela Associação dos Trabalhadores na Construção de Brasília para membros do Congresso, também endereçado para o presidente JK. Ainda hoje, o episódio permanece como memória sensível no Distrito Federal.

EPISÓDIO 2. 1960, INCÊNDIO NA CIDADE LIVRE

Em 20 de maio de 1960, o jornal *Correio Braziliense* noticia um violento incêndio na Cidade Livre, destacando que “Chamas destruíram numerosas casas e levaram o pânico à Avenida Central”. O texto inicia destacando que o incêndio teve início na “Boite Santana” (assim, entre aspas), que define como “uma conhecida casa boêmia”, um cabaré. Conta que “objetos foram atirados na via pública pelas mulheres em desespero”.

São mais de duzentas pessoas ao desabrigado e mais de doze casas destruídas. Crianças choravam, mulheres gritavam, a confusão era geral. Considerado o maior dos incêndios ocorridos em Brasília, um mês após a inauguração, o episódio intensificaria alguns dos dramas sociais vividos naquele contexto: o problema da moradia para os menos favorecidos, a pressão para desocupação da Cidade Livre com a proibição de reconstrução das casas e a interdição de espaços de circulação às mulheres que moravam na localidade, designadas como “bailarinas”, sob a alegação de que elas poderiam “se infiltrar entre as casas de família”.



▲ Violento incêndio na Cidade Livre. Recorte do *Correio Braziliense*, 20/05/1960. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_01/383.

EPISÓDIO 3. 1960, TAGUATINGA EM PÉ DE GUERRA

Trata-se de um levante de mulheres que ocorreu em Taguatinga, como forma de resistência à ordem do então prefeito Israel Pinheiro, de retirar a bomba d'água da comunidade para levar a fim de irrigar as parreiras na Granja do Ipê. A bomba abastecia chuveiros, tanques, torneiras e também era o sustento de mulheres lavadeiras. Ao perceber que a água havia sido desligada, Dona Josefina Rocha Orlando saiu pelas ruas do acampamento convocando outras mulheres para a resistência. Decidiram então fazer uma vigília, e quando o funcionário da Novacap chegou para a retirada no dia seguinte, já estavam armadas com porretes e impediram a ação, confiscando a sua caixa de ferramentas.

Na sequência, veio uma unidade da Guarda Especial de Brasília (GEB) e as mulheres resistiram novamente e os expulsaram aos gritos de “A bomba d'água é nossa!”. Resistiram também ao descrédito dos homens do acampamento e foram protagonistas neste processo.

Histórias cotidianas como esta muito facilmente caem no esquecimento. Graças ao relato de Dona Josefina, que virou peça de teatro do Grupo Carroça nos anos 1970 e nos anos 1980 virou filme, essa memória se converte em história.



▲ Dona Josefina, mulher que liderou o movimento, fotografada por Zuleika Porto, diretora de produção do filme *Taguatinga em Pé de Guerra*, filmado na década de 1980.

Assista ao curta-metragem *Taguatinga em Pé de Guerra*, dirigido por Armando Lacerda.



EPISÓDIO 4.

1964, O LEVANTE DA TURMA DA BOA VONTADE

No dia 19 de março de 1964, o *Correio Braziliense* publica diversas notícias sobre manifestações no Distrito Federal. Trabalhadores desempregados tomaram durante dias as ruas do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga. Intitulados como “Turma da Boa Vontade”, aos gritos de “Pão ou Morte”, expressaram indignação com a falta de emprego e condições básicas de moradia e alimentação. Este episódio ficou conhecido como **O Levante da Turma da Boa Vontade**. No episódio aqui apresentado, além da Esplanada dos Ministérios, a Cidade Livre e Taguatinga se convertem em palco para os conflitos. Como indícios desse contexto de tensão, temos cinco fotografias do acervo do Arquivo Público do DF, que registram a ocorrência de uma depredação na Subprefeitura do Núcleo Bandeirante. Outras duas fotografias registram uma manifestação em Taguatinga. O que está nas entrelinhas desses registros, feitos pelo próprio poder público, nos diz um pouco sobre o governo e seus aparelhos, mas diz mais ainda sobre o povo e sua capacidade de mobilização política: fome, desemprego, agitação, desordem, tumulto, perturbação, baderne, movimentos subversivos, protestos, problemas sociais, frentes de trabalho, populares exaltados, passeata monstro, crise, inquietação, etc. Essas são expressões que a imprensa local usou para descrever o fato, e elas nos revelam o acirramento de conflitos que vêm de anos anteriores e dizem respeito



▲ Levante da Turma da Boa Vontade em Taguatinga, março de 1964. Fonte: ArPDF, Fundo SCS-DF-12-1-G-1 (492).

às dificuldades de se constituir políticas sociais em um lugar que, de algum modo, existe mais imaticamente, como capital do país, do que efetivamente, em seus sentidos de pertencimento.



▲ Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil fala aos manifestantes. Levante da Turma da Boa Vontade na Cidade Livre/Núcleo Bandeirante, março de 1964. Fonte: ArPDF, Fundo SCS-DF-12-3-G-1 (621).

Apoio assistencial às famílias manifestantes. Levante da Turma da Boa Vontade na Cidade Livre/Núcleo Bandeirante, março de 1964. Fonte: ArPDF, Fundo SCS-DF-12-3-G-1 (622).



Depredação da Subprefeitura. Levante da Turma da Boa Vontade na Cidade Livre/Núcleo Bandeirante, março de 1964. Fonte: ArPDF, Fundo SCS-DF-12-3-C-1 (613).

EPISÓDIO 5.

1978, ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES DA CEILÂNDIA

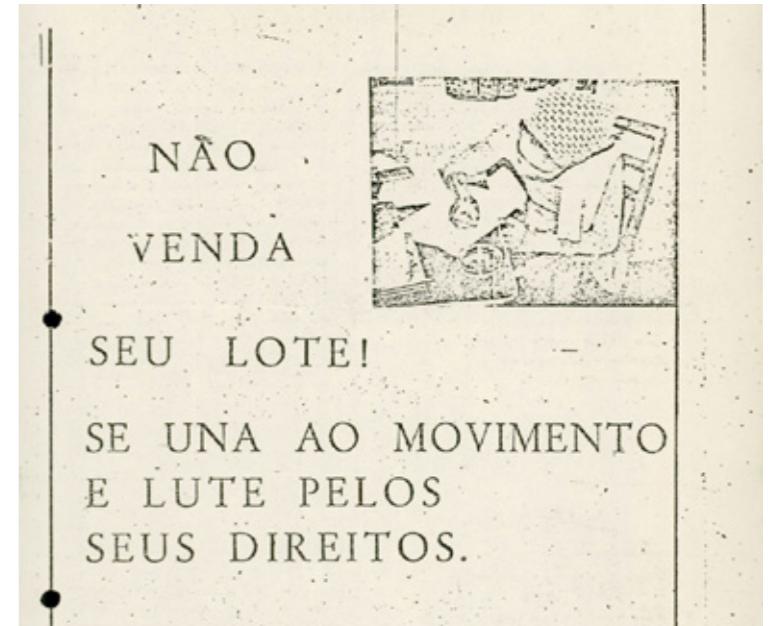
IN-CAN-SÁ-VEIS

Adjetivo de dois gêneros, expressão no plural

Dicionário: 1. Incapaz de se cansar; 2. [Figurado]: Que não se poupa a trabalhos, cuidados e sacrifícios; 3. Laborioso, assíduo. “Aquelas pessoas que lutam com coragem” (Seu Eurípedes, um incansável da Ceilândia).

Na década de 1970, as mãos de trabalhadores e trabalhadoras que ergueram a capital dos sonhos (e de poucos) seguiam moldando o DF. Seus passos criavam Ceilândia, tecendo uma infraestrutura com a força do suor. A Terracap, descumprindo promessas, agora exigia um preço exorbitante por seus lotes. A chama da indignação acendeu-se, e do clamor nasceu a ASSIMOC, um farol de esperança liderado por mentes negras e incansáveis, como Hermínio Ferreira e Eurípedes Camargo. Ergueram suas vozes contra os redemoinhos de opressão, tecendo uma história de resistência e luta por um lugar digno para morar.

Destaque do panfleto *Movimento dos Incansáveis*, 1976. Fonte: Museu Virtual da Ceilândia.



Campanha de Erradicação de Invasões. Ceilândia/DF, 27/03/71. Fonte: ArPDF 042318_SCS_HF_12_8_F_3.



“a dor da gente não sai no jornal”



Na parada de ônibus a longa espera



As ruas aguardam o esfalfamento, até quando?



“O operário”, em sua simplicidade, fala dos problemas que afigem o dia-a-dia dos trabalhadores da construção civil de Brasília

JORNAL DE BRASÍLIA
Brasília-DF

19 DE SETEMBRO DE 1976
Páginas 36

▲ Recorte do *Jornal de Brasília*, 19/09/1976. Página de panfleto Movimento dos Incansáveis, 1976. Fonte: Museu Virtual da Ceilândia.



Jornal A Voz da Ceilândia. Ano I. ▶ Número 1, 1981.

EPISÓDIO 6. 1986, BADERNAÇO: O DIA QUE NÃO ACABOU



Em 27 de novembro de 1986, o Distrito Federal vivenciou o primeiro grande protesto popular do período de transição democrática. Reunindo mais de 10 mil trabalhadores, estudantes e centrais sindicais, o evento foi definido pela imprensa, de forma pejorativa, como “Badernaço”. A situação econômica do país era muito penosa para as classes

▲ Dossiê Badernaço, Fundo SSP, Ar-
PDF. Fonte: Revista Senhor/298-
02/12/86. Foto: Kim-Ir-Sen/ Agil.

trabalhadoras, diante das medidas impopulares e fracassadas do chamado Plano Cruzado, desenvolvidas pelo então presidente José Sarney.

Naquele mês, após as eleições estaduais, entrava em vigor o Plano Cruzado 2, que previa, entre outras coisas, aumento de tarifas públicas, reajuste de impostos e novos cálculos de inflação. Como resultado do tumulto, pelo menos 26 viaturas da Polícia Civil, além de dois veículos do Governo do Distrito Federal, um ônibus do Exército e outro da TCB (a empresa estatal de transportes coletivos de Brasília) foram incendiados. Houve a depredação de prédios públicos no centro comercial e o saque de um supermercado na rodoviária de Brasília. Documentos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, relativos à ditadura militar, fazem parte do acervo do Arquivo Público do DF desde 1995, entretanto, são repletos de lacunas e foram abertos ao acesso público somente em 2017.

Um dossiê sobre o “Badernaço” é parte desse acervo. Trata-se de documentos reunidos por uma comissão de sindicância estabelecida para apurar o ocorrido naquele dia de novembro. O argumento de defesa da democracia fundamenta a apuração dos fatos e estava no centro das ambivalências e tensões do processo, visto que, desde os primeiros momentos, circularam notícias de que forças do estado eram suspeitas de instigar o “Badernaço”, seja pela ação de agentes infiltrados ou pela convivência da Polícia Militar, que não impediou as depredações.

O historiador Daniel Faria identifica neste episódio e em sua repercussão a “sobrevivência de tensões da ditadura militar, interferindo nos debates políticos e no imaginário do povo naquele momento de redemocratização”. Significativamente, a pergunta que mobiliza as investigações,



▲ Dossiê Badernaço, Fundo SSP, ArP-DF. Fonte: Revista IstoÉ 03/12/1986.
Foto: Márcio di Pietro

sobre quem naquele momento eram os sujeitos que atentam contra a democracia, permanece sem resposta, afinal, nesse episódio repleto de não ditos, a comissão admite a infiltração de grupos organizados, mas não identifica nenhum destes.

POR MUITAS HISTÓRIAS E OUTRAS BRASÍLIAS!

As narrativas dominantes sobre a história do Distrito Federal contam que a transferência da capital federal para o interior do país era uma ideia antiga, viabilizada por condições políticas favoráveis e amplos estudos para a escolha da sua localização. No entanto, essa narrativa ignora a história e a presença de povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos que habitavam o local muito antes da construção de Brasília.

A construção de Brasília, no final da década de 1950, foi marcada por desigualdades sociais e contradições. Daí a importância de reconhecer as histórias e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras que construíram a cidade. Na década de 1960, enquanto a elite política do Plano Piloto pedia o retorno da capital para o Rio de Janeiro, a população de Taguatinga e do Núcleo Bandeirante lutava por moradia, pão e trabalho. Essas memórias revelam as lutas e mobilizações dos trabalhadores que ocuparam e moldaram a cidade.

A história da nova capital é muito mais do que a narrativa de JK e seus heróis. É uma história de trabalhadores em rebelião, mulheres negras, periferias plurais, indígenas, professores, estudantes e outras coletividades que lutam por reconhecimento e justiça. É preciso ir além das “asas de concreto” e dos monumentos para reconhecer a diversidade e as lutas que moldaram a cidade e continuam a moldá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal, ArPDF. Fundo NOVACAP e Fundo SCS. Brasília, Distrito Federal.
- Acervo do Correio Braziliense, disponível em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Link: <https://bndigital.bn.gov.br/hereroteca-digital/>.
- BRAYNER, Thais Nogueira. É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés- Brasília/DF. [Dissertação de Mestrado em Antropologia]. Brasília: PPGAS, 2013].
- DERNTL, Maria Fernanda. "Além do Plano. A concepção das cidades-satélites de Brasília" in Revista Arquitextos, ano 19, n. 221, v. 03. São Paulo: Vitrúvius, 2018. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>.
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. FUNAI- Fundação Nacional do Índio. Mapa das Terras Indígenas do Brasil. Brasília: FUNAI, 2025. Disponível em <<http://geoserver.funai.gov.br/geoserver/web/>>, acesso em 06 abr.2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>, acesso em 06 abr. 2025.
- MARTINS DOS SANTOS, Rodrigo. O Gê dos Gerais - elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central: contribuição à Antropogeografia do Cerrado. Dissertação de Mestrado (Sustentabilidade junto a Povos Indígenas). Brasília: UnB, 2013.
- NIMUENDAJU, C. U. Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. Rio de Janeiro; Brasília: IBGE; MEC, 2002 [1944].
- QUEIROZ, Pedro Thomé Quintão. Patrimônio-Territorial indígena na era urbana latino-americana: O Santuário dos Pajés, Distrito Federal. In CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Texto para discussão n. 78. Brasília: CODEPLAN, 2021.
- HOLSTON, James. A cidade modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993/ 2005.
- OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PORTELA, Cristiane de Assis. Dossiês Outras Brasílias: ensino e divulgação histórica no Distrito Federal. Brasília: Universidade de Brasília, 2020 a 2024.
- PORTELA, Cristiane de Assis. "Fontes documentais de acervos escolares e o ensino de História do Distrito Federal: relato sobre o Centro de Memória(s) do Elefante Branco" In Cadernos de Pesquisa do CDHIS, vol. 33, n.1. Uberlândia, MG: UFU, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/55148>.
- PORTELA, Cristiane de Assis; SILVA, Anna Lorena Morais. "Enunciando Contrade-Hegemonias: Narrativas Candangas de Vaqueiros Voadores" in Revista Em Tempo de Histórias n. 37 [pp. 314-338]. Brasília/DF: PPGHIS UnB, jul./dez. de 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/34236/28080>.
- PORTELA, Cristiane de Assis; ROCHA Jr., Deusdedit Alves 2020. "Ensino de História em tempos de Pandemia: Produção Autoral e Co-criação no Curso Outras Brasílias, Universidade de Brasília" in H2D|Revista de Humanidades Digitais (2). Portugal: Universidade do Minho, 2020. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/h2d/article/view/2924>.



Câmara dos Deputados

31 de março a 29 de abril de 2025
Segunda a sexta, das 9h às 17h
Espaço do Servidor - Anexo II
Câmara dos Deputados

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados | **Presidente** Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) | **1º Vice-Presidente** Altineu Côrtes (PL-RJ) | **2º Vice-Presidente** Elmar Nascimento (UNIÃO-BA) | **1º Secretário** Carlos Veras (PT-PE) | **2º Secretário** Lula da Fonte (PP-PE) | **3ª Secretária** Delegada Katarina (PSD-SE) | **4º Secretário** Sergio Souza (MDB-PR) | **Suplentes** Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), Paulo Folletto (PSB-ES), Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

Secretaria de Comunicação Social, Centro Cultural Câmara dos Deputados | **Secretário de Comunicação Social** Jilmar Tatto (PT-SP) | **Secretário de Participação, Interação e Mídias Digitais** Luciano Ducci (PSB-PR) | **Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais** Cleber Queiroz Machado | **Coordenação de Cerimonial, Eventos e Cultura** Frederico Fonseca de Almeida | **Supervisão do Centro Cultural** Cláudia Diniz | **Coordenação do Projeto** Maíra Brito | **Produção e Revisão** Maria Amélia Elói | **Design Gráfico e Expografia** Mima Carfer, Rafael Botelho | **Estagiária de Design** Lauane da Silva Sousa | **Estagiário de História e Produção** André Grigório | **Montagem e manutenção da exposição** André Ventorim, Maurilio Magno, Paulo Títula, Wendel Fontenele

Pintura DETEC/COENG | **Plotagem** Dcolor Gráfica | **Montagem do projetor** COAUD - Josué Cardoso Abreu, Rômulo Ernestino Corrêa Campos | **Videografismo** TV Câmara | **Colagens** Ana Patrícia Meschick, Marcia Bandeira | **Animação** Tiago Miranda | **Material Gráfico** Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

Agradecimentos Dulce Queiroz, Josué Cardoso Abreu, Romulo Ernestino Corrêa Campos

Curadoria e Coordenação de Pesquisa Cristiane de Assis Portela | **Elaboração de Mapas e Pesquisa** Rodrigo Martins dos Santos | **Consultoria de Cartografia Histórica** Deusdedit Alves Rocha Jr. | **Equipe de Pesquisa** Anna Lorena Morais Silva, Beatriz Bianca Teixeira Caetano, Beatriz de Oliveira Andrade, Breno Eduardo Walter Ribeiro, Davi da

Silva Alves Ribeiro, Denise Mota Pereira da Silva, Júlia Duarte Pires de Mendonça, Kayllane Bianca da Costa Lima, Larissa Rocha Lima, Luiza Karolline da Conceição de Paula, Maria Clara Alves da Costa de Jesus, Nicolle Mariah Batista Calixto de Lima, Renata Almendra, Sarah de Oliveira Marques | **Fotografias e Documentos Textuais** Fundo NOVACAP, Fundo SCS e Fundo SSP DF - Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo Nacional, Memorial da Resistência de São Paulo, Mapoteca Histórica do Itamaraty | **Recortes de Jornais** Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Acervo do Correio Braziliense | **Apoio** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Contato da curadora:
Cristiane Portela
@outrasbrasiliasunb

Informações:
0800 0 619 619
cultural@camara.leg.br

Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados
Anexo I – Sala 1601
CEP 70160-900 – Brasília/DF

www.camara.leg.br/centrocultural

Brasília, março de 2025

Acesse
nossa edital
de seleção



Impresso em papel offset 150 g/m² e papel cartão 350 g/m²
em julho de 2025 pela gráfica da Câmara dos Deputados.

Outras Brasílias Memórias Sensíveis e Contranarrativas (2025 : Brasília, DF)
Outras Brasílias [recurso eletrônico] : Memórias Sensíveis e Contranarrativas /
curadoria: Cristiane de Assis Portela. – Brasília : Câmara dos Deputados, Centro
Cultural, 2025.

Título aparece no item como: O Centro Cultural Câmara dos Deputados apresen-
ta a exposição Outras Brasílias Memórias Sensíveis e Contranarrativas.

Catálogo da exposição realizada na Câmara dos Deputados, Espaço do Servidor,
Anexo 2, de 31 de março a 29 de abril de 2025.

Versão e-book.

Modo de acesso: bd.camara.leg.br

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-85-402-1105-6

1. Brasília, construção, história, exposição, Brasil, catálogo. 2. Trabalhador, fotografias, exposição, Brasil, catálogo. I. Portela, Cristiane de Assis. II. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro Cultural. III. Título.

CDU 981.74

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109

ISBN 978-85-402-1104-9 (papel) | ISBN 978-85-402-1105-6 (e-book)

9788540211049